



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

**FLOFIANÓPOLIS/SC
2013**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

**FLORIANÓPOLIS/SC
2013**

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS.....	4
LISTA DE TABELAS, QUADROS E ANEXOS	5
INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTões COMPõem O RELATÓRIO	11
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
1.3. ORGANOGrama FUNCIONAL	13
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO.....	18
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS	19
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE Ações	20
2.1. INFORMAções SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIDADE	20
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	22
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE Ações.....	26
2.4. INDICADORES	27
3. ESTRUTURA DE GOVERNANça E DE AUTOCONTROLE DA GESTão	30
3.1. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	30
3.2. SISTEMA DE CORREIÇÃO	30
3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTância DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU....	31
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORçAMENTÁRIA E FINANCEIRA	32
4.1. INFORMAções SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	32
4.2. INFORMAções SOBRE A EXECUÇÃO ORçAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	32
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	32
4.2.2. Programação Orçamentária das Despesas	32
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	32
4.2.4. Execução Orçamentária das Despesas.....	33
5. TóPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORçAMENTÁRIA E FINANCEIRA	36
5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	36
5.2. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36
5.3. INFORMAções SOBRE TRANSFERÊNCIAS, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2012	37
5.4. INFORMAções SOBRE SUPRIMENTO DE FUNDOS	39
5.5. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	41
6. GESTão DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	42
6.1. INFORMAções SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	42
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	42
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	43
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal	45
6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	46
6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	46
6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	46
6.1.7. Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	46
6.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	47
6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	47
6.2.1. Informações Sobre Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	48
6.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos	49
6.2.3. Composição do Quadro de Estagiários.....	50

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO.....	51
7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS	51
7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	51
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	54
9. GESTÃO DO USO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	55
9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	55
9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	55
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	56
10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DA OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	56
10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	56
10.1.2. Deliberações da OCI Atendidas no Exercício	56
10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	56
10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	56
10.4. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	57
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	58
11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	58
11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	58
12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	59
ANEXOS	60

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

COF/DLOG/DPF – Coordenação Orçamentária e Financeira
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/CCM/SC – Delegacia de Polícia Federal em Criciúma
DPF/DCQ/SC – Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira
DPF/IJI/SC – Delegacia de Polícia Federal em Itajaí
DPF/JVE/SC – Delegacia de Polícia Federal em Joinville
DPF/LGE/SC – Delegacia de Polícia Federal em Lages
DPF/XAP/SC – Delegacia de Polícia Federal em Chapecó
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
PMA – Plano de Metas Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
RAP – Restos a pagar
RG – Relatório de Gestão
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SELOG/SR/SC – Setor de Administração e Logística Policial
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema Integrado de Convênios
SISGER – Sistema de Gerenciamento da SR/DPF/SC
SPU – Superintendência do Patrimônio da União
SR/DPF/SC – Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, QUADROS E ANEXOS

Quadro 1 - A.1.1 – Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual.....	11
Tabela 1 – Quantitativo das Atividades Desenvolvidas pelo Serviço Social da Unidade.....	24
Tabela 2 – Relatório de Atividades Gerais.....	26
Quadro 2 – Indicador 1 - Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ.....	27
Quadro 3 – Indicador 2 - Tempo Médio Gasto entre a Abertura e Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ.....	28
Quadro 4 - A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	32
Quadro 5 - A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas.....	32
Quadro 6 - A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	33
Quadro 7 - A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação...	33
Quadro 8 - A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	36
Quadro 9 - A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	37
Quadro 10 - A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	38
Quadro 11 - A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes.....	38
Quadro 12 - A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	39
Quadro 13 - A.5.10 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	39
Quadro 14 - A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por Cartão de Crédito Corporativo.....	40
Quadro 15 - A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	40
Quadro 16 - A.6.1 – Força de Trabalho da UJ.....	42
Quadro 17 - A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	42
Quadro 18 - A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.....	43
Quadro 19 - A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	43
Quadro 20 - A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade.....	43
Quadro 21 - A.6.6 – Quadro de Custos de Pessoal.....	45
Quadro 22 - A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	46
Quadro 23 - A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU.....	46
Quadro 24 - A.6.10 – Atos Sujeitos a Comunicação ao TCU.....	47
Quadro 25 - A.6.17 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	48
Quadro 26 - A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	49
Quadro 27 - A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	51

Quadro 28 - A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	51
Quadro 29 - A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.....	52
Quadro 30 - A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	55
Quadro 31 - A.10.5 – Demonstração do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da Obrigação de Entregar Declaração de Bens e Rendimentos.....	56
Anexo I – Principais Operações Realizadas no Ano de 2012.....	60
Anexo II – Organograma Funcional.....	65
Anexo III – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	66
Anexo IV – Planilhas de Controle da Execução Orçamentária e Financeira da SR/DPF/SC.....	68
Anexo V – Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ.....	90
Anexo VI – Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	93
Anexo VII – Quadro A.10.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	95
Anexo VIII – Declarações dos Setores de Gestão de Contratos.....	97
Anexo IX – Declarações Plenas dos Contadores.....	98

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão (RG) tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina - SR/DPF/SC no ano de 2012, de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

O RG está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II da DN-TCU nº 119/2012, constando as informações gerais de identificação, planejamento e gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração do Contador.

Atendendo as recomendações da Portaria TCU n.º 150/2012 segue abaixo os itens e quadros não preenchidos no corpo do RG por não se aplicarem a esta UJ, ou por não terem tido ocorrência no exercício de 2012:

- a) As informações sobre Programas e Ações (item 04 – Portaria 150/2012 TCU) constantes dos Quadros A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.4, A.4.5, A.4.6, A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.12, A.4.13,) não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, visto que os programas constantes no PPA não são de responsabilidade desta UJ e tampouco, recebe créditos originários;
- b) Não há informação referente à Execução Orçamentária e Financeira (item 05 – Portaria 150/2012 TCU) constantes dos Quadros A.5.1, A.5.6 e A.5.7, uma vez que no exercício de 2012 não houve reconhecimento de passivos ou ainda, prestação de contas vencidas para apreciação desta UJ;
- c) As informações sobre Suprimentos de Fundos de contas tipo ‘B’ (item 05 – Portaria 150/2012 TCU) constante do Quadro A.5.9 não se aplicam a esta Unidade, uma vez que não foram concedidos Suprimentos neste tipo de conta.
- d) As informações de Renúncia Tributária (item 05 da Portaria 150/2012 TCU) constantes dos Quadros A.5.13, A.5.14, A.5.15, A.5.16, A.5.17, A.5.17, A.5.18, A.5.19, A.5.20, A.5.21, A.5.22 e A.5.23 não se aplicam ao Departamento de Polícia Federal - DPF;
- e) As informações de Gestão de Pessoas (item 06 – Portaria 150/2012 TCU), constantes dos Quadros A.6.1 e A.6.4 são resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no Boletim de Serviço 242/2012;
- f) As informações de Gestão de Pessoas (item 06 – Portaria 150/2012 TCU) constantes dos Quadros A.6.8, A.6.9, A.6.10, A.6.11, A.6.12 e A.6.13 serão consolidadas no Relatório de Gestão do órgão central do DPF;
- g) As informações de Gestão de Pessoas (item 06 – Portaria 150/2012 TCU) constantes do Quadro A.6.14 não se aplicam ao DPF;
- h) Não houve informação referente à Gestão de Pessoas (item 06 – Portaria 150/2012 TCU) constantes dos Quadros A.6.15 e A.6.16, uma vez que no exercício de 2012 não tivemos autorização para realização do concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito deste Departamento;
- i) As informações sobre Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas (item 10 – Portaria 150/2012 TCU) constantes dos Quadros A.10.1 e A.10.2, uma vez que não tivemos determinações ou recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União para esta UJ.

Contextualizando a compatibilidade da execução orçamentária com as atividades desta Unidade do DPF, informa-se que a SR/DPF/SC está estruturada em sete (07) Unidades Operacionais, composta pela sede, em Florianópolis e seis (06) descentralizadas: Delegacia de

Polícia Federal em Lages (DPF/LGE/SC), Delegacia de Polícia Federal em Chapecó (DPF/XAP/SC), Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira (DPF/DCQ/SC), Delegacia de Polícia Federal em Itajaí (DPF/IJI/SC), Delegacia de Polícia Federal em Criciúma (DPF/CCM/SC) e Delegacia de Polícia Federal em Joinville (DPF/JVE/SC).

A estrutura do DPF teve sua última alteração aprovada pela Portaria Ministerial nº. 2.877/2011, de 30/12/2011, publicada em 02 de janeiro de 2012, exercício em que passaram a vigorar as mudanças administrativas e formais previstas. Assim, os dados de desempenho e de gastos dos recursos desta UJ, pertinentes ao exercício de 2012, foram consolidados no presente RG respeitando esta nova estrutura administrativa.

Cumprido ressaltar que esta alteração teve como um dos objetivos primordiais modernizar e especializar a estrutura orgânica do DPF, a fim de se atingir um padrão de excelência na prestação dos mais diversos serviços à sociedade, mais especificamente na área de Polícia Administrativa, buscando-se o mesmo patamar de confiabilidade já existente na área de Polícia Judiciária da União. Pode-se destacar, dentre outras atividades tida como administrativas, o Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - materiais que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001).

Nesse sentido, a Polícia Federal vem implementando ao longo dos últimos anos várias novas ferramentas e formas de atuação, desenvolvendo modernos sistemas de informática, implantando o agendamento eletrônico de serviços, ampliando o horário de atendimento ao público, emitindo documentos e certidões via internet, etc. O que se pode concluir é que todos os esforços e recursos gastos na execução das atividades supramencionadas baseiam-se no estrito cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública e que regem a conduta dos profissionais que compõem o DPF e se refletem, principalmente, no respeito ao cidadão que busca nas Unidades da Polícia Federal os cerca de 40 serviços e orientações sobre os mais diversos assuntos, tais como adoção internacional, emissão de antecedentes criminais, da carteira de identidade de estrangeiros, de documentos de viagens, além do cadastramento, controle e fiscalização das atividades de empresas de vigilância e de comércio e produção de produtos químicos.

Acrescente-se que às atribuições constitucionalmente previstas, a Polícia Federal, cumprindo fielmente o seu desiderato, atua incessantemente nas atividades de Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964); Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999) e Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964).

O Estado de Santa Catarina possui localização estratégica na Região Sul do País, posicionado entre o Estado do Paraná e o Rio Grande do Sul, faz fronteira com a Argentina e conta, ainda, com extenso litoral de grande potencial turístico e comercial. A população atual de Santa Catarina está estimada em aproximadamente 6.200.000 (seis milhões e duzentos mil) habitantes¹ com a maior concentração populacional na região de Florianópolis, grande Florianópolis e nas cidades de Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó, Lages e Itajaí, cidades onde se encontram algumas das descentralizadas da SR/DPF/SC. A área territorial do Estado é de 95.703 (noventa e cinco mil e setecentos e três) km², distribuídos entre 293 (duzentos e noventa e três) municípios.

¹ Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br
Relatório de Gestão 2012 – SR/DPF/SC

Em 2012 a SR/DPF/SC continuou sua atuação coordenada com os diversos órgãos externos e manteve a integração das unidades de inteligência, o que resultou na realização de diversas operações. Mesmo levando-se em conta o ano atípico, em função do movimento paredista de Administrativos, Agentes, Escrivães e Papiloscopistas da Polícia Federal, período em que houve uma paralisação de aproximadamente 70 dias, os resultados ocorreram, muitos em função de serem decorrentes de operações iniciadas há algum tempo e outras, em face da responsabilidade dos policiais federais envolvidos que deram cabo às operações que já se encontravam em andamento.

Assim, objetivamente, tivemos no ano de 2012 a instauração de 3.204 (três mil, duzentos e quatro) inquéritos policiais no Estado de Santa Catarina, a conclusão de 2.884 (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro), restando em andamento 2.324 (dois mil, trezentos e vinte e quatro) inquéritos, dados extraídos do Sistema Cartorário – SISCART. Dentre as ações realizadas durante o ano de 2012, destacam-se no Anexo I as operações de maior repercussão realizadas pela Polícia Federal no Estado de Santa Catarina em 2012.

Em virtude dos resultados alcançados pela atuação nos exercícios de 2010/2011, na orla marítima, manteve-se como meta para o exercício de 2012 a intensificação no combate aos crimes ambientais em atuação conjunta entre a Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH e o Núcleo de Policiamento Marítimo - NEPOM, reprimindo a pesca predatória que intimida e prejudica a atuação dos pescadores artesanais. Contudo, o que se pode observar a partir da lista das principais operações é que a atuação preventiva/repressiva da SR/DPF/SC compôs-se de várias frentes de combate, especialmente por ter sido um ano de eleições municipais.

A SR/DPF/SC possui atualmente três unidades de Policiamento Marítimo no Estado, localizadas nas cidades de Florianópolis e Itajaí – Núcleo de Polícia Marítima – e Joinville – Grupo de Polícia Marítima –, utilizando-se de 3 (três) lanchas, 10 (dez) botes infláveis, 1 (um) jet-ski e 2 (dois) barcos de alumínio. Em suas atividades mais frequentes estão: patrulhamento costeiro; policiamento portuário; desembarço de navios mercantes; imigração de estrangeiros dos navios de turismo; policiamento nas áreas de fundeio; patrulhamento nas áreas de proteção ambiental, operações de combate da extração ilegal de areia em leito de rio (dragagem irregular); operações conjuntas com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Marinha do Brasil.

Considerando a localização estratégica e o perfil turístico e de negócios de Florianópolis, o ano de 2012 registrou um movimento de aproximadamente 150.000 (cento e cinquenta mil) passageiros estrangeiros no Aeroporto Internacional – Hercílio Luz. Relativamente à movimentação de embarcações no porto de Imbituba, sob a responsabilidade desta SR/DPF/SC, foram registrados os movimentos de 157 (cento e cinquenta e sete) embarcações (navios de carga, veleiros e navios de cruzeiro internacional). Durante o período foram registradas 221.913 (duzentos e vinte e um mil, novecentos e treze) entradas e 165.738 (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e oito) saídas de nacionais e estrangeiros do País pelo Estado de SC.

É imperativo ressaltar que todos os atendimentos de migração foram realizados no sistema STI – Sistema de Tráfego Internacional, com a utilização de computadores portáteis que são levados até as embarcações, garantindo o registro imediato dos atendimentos, além de pesquisas nos bancos de dados do sistema SINPI – Sistema Nacional de Procurados e Impedidos, ferramentas que vêm sendo sistematicamente utilizadas e aprimoradas para melhor atender à população, dando mais celeridade, segurança e confiabilidade aos usuários desses serviços.

Por fim, deve-se esclarecer que as metas estabelecidas para o ano de 2012 não foram atingidas devido às restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal decorrentes de cortes de gastos públicos na área de Segurança Pública, além da falta de concurso para o ingresso de novos servidores administrativos e policiais, cujo certame encontra-se, desde julho de 2012, suspenso em função de uma Reclamação do Procurador Geral da República que suscita a questão da presença de portadores de necessidades especiais nas carreiras policiais. Sendo assim, a manutenção dos cortes no exercício de 2012 exigiu uma adequação das ações e das metas estabelecidas.

Do mesmo modo que nos exercícios de 2010/2011, as estratégias desta UJ estiveram voltadas à priorização das ações de repercussão nacional, isto é, às operações permanentes, bem como às atividades de atendimento aos cidadãos (emissão de documentos de viagem e de antecedentes criminais, serviços de imigração, fiscalização das empresas de segurança privada e de produtos químicos, continuidade da campanha de desarmamento, registro de armas, dentre outros). Já na atividade operacional de repressão foram priorizadas as operações de combate ao crime de tráfico de drogas, ao crime de corrupção e desvio de recursos públicos e aos crimes ambientais, muito embora tenham sido desenvolvidas ações contra crimes previdenciários, fazendários, financeiros, de pedofilia e de tráfico de pessoas.

Importa esclarecer que as limitações orçamentárias também redundaram em dificuldades na ação de Apoio Administrativo, principalmente nas metas de melhoria das condições prediais desta SR/DPF/SC e das Delegacias do interior do Estado e os encaminhamentos dos projetos das novas obras visando aumentar a segurança e o bem-estar dos servidores, dos colaboradores e da população que se utiliza diariamente dos serviços da Polícia Federal, melhorando o controle de acesso nas instalações das referidas unidades (segurança orgânica), além de garantir a confiabilidade dos itens de segurança como sprinkler, sistema elétrico e hidráulico.

Assim, para o exercício de 2013, a SR/DPF/SC mantém como plano de metas a manutenção dos objetivos traçados em 2011/2012, com a consequente retomada das ações sobrestadas pelas restrições orçamentárias, além de administrar a falta de efetivo para realização de todas as operações programadas.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO1 - A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Santa Catarina			
Código SIORG: 001157	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200370
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(048) 3281-6502	(048) 3281-6501	(048) 3281-6600
E-mail: gab.srsc@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, n. 4744, Agronômica, Florianópolis/SC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Decreto n. 77.665/72, de 02.06.72. - Portaria n. 39/DG/75, de 18.03.75. Transforma Divisão em Superintendência Regional. 			
FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto n. 6.061/2007, de 15.03.2007. - Portaria n. 2.877/MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa n. 13/DG/DPF, de 15.06.2005 - Instrução Normativa n. 39/DG/DPF, de 05.10.2010 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200060 (primária)	Superintendência Regional da Polícia Federal em SC		
200370	Superintendência Regional da Polícia Federal em SC		
200371	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - SC		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200060		00001	
200370		00001	
200371		00001	

Fonte: SIAFI; Setor de Logística Policial - SELOG/SR/SC

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O DPF é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI, em 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei nº 6.378/1944, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como Unidades Gestoras, como a SR/DPF/SC.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente:

“A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe ainda, a Polícia Federal, as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

A instalação da primeira Unidade da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina data de 1965 e foi criada com a reorganização do Departamento Federal de Segurança Pública, como era denominado à época o DPF, com base em documentos de seu acervo. O Decreto nº 56.510/1965 criou a Sub-Delegacia do Departamento Federal de Segurança Pública de Santa Catarina, a qual era sediada em Florianópolis – SC e subordinada a Delegacia Regional/Seção Sul, sediada no Estado do Paraná. Em 1972, por meio do Decreto nº 70.665/1972, revogado pelo Decreto nº 73.332/1973, a Sub-Delegacia foi elevada a condição de Divisão de Polícia Federal e, em 1975, efetivamente, passou a ser denominada Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina - SR/DPF/SC, através da Portaria nº 39/DG/1975.

Compete a SR/DPF/SC, no âmbito de sua circunscrição: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as

normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob sua guarda.

1.3. Organograma Funcional

A estrutura da SR/DPF/SC está definida no Anexo XXV da Portaria nº 2.877/MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, conforme segue:

I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA - SR/DPF/SC:

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF; e
 - 2. Núcleo Administrativo - NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
 - 1. Núcleo de Operações - NO;
 - 2. Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM;
 - 3. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
 - 4. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
 - 5. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;
- g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
 - 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
 - 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
 - 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
 - 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
 - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
 - 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST;
 - 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH; e
 - 8. Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos - DELEFIN;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:
 - 1. Núcleo de Disciplina - NUDIS; e
 - 2. Núcleo de Correições - NUCOR;

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CHAPECÓ;

III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM DIONÍSIO CERQUEIRA;

IV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ITAJAÍ;

a) Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM;

V - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JOINVILE;

VI - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM LAGES; e

VII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRICIÚMA.

O organograma do DPF e da SR/DPF/SC podem ser visualizados no Anexo II.

A competência das Superintendências Regionais, na sua área de atuação, está prevista nos arts. 20, 21, 23 e 24 da Portaria nº 2.877/MJ, de 30.12.2011, conforme segue:

Art. 20. Às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;

V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

Art. 21. Os Conselhos Regionais de Polícia, presididos pelos respectivos Superintendentes Regionais, são entidades consultivas destinadas a orientar as atividades policiais e administrativas em geral, no âmbito de cada Superintendência Regional, e a opinar nos assuntos de relevância institucional, tendo como membros o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado, o Corregedor Regional, o Chefe da Unidade de Inteligência Policial, o Chefe do Setor Técnico-Científico, o Chefe do Setor de Recursos Humanos, o Chefe do Setor de Administração e Logística Policial e até 3 (três) Chefes de Delegacias Descentralizadas.

§ 1º Os Chefes das Delegacias serão escolhidos, a critério do Superintendente Regional, em sistema de rodízio.

§ 2º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por semestre, pelo menos com 1 (uma) semana de antecedência em relação à reunião do Conselho Superior de Polícia e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do seu Presidente.

§ 3º O chefe ou responsável pela comunicação social será o Secretário do Conselho Regional de Polícia.

...

Art. 23. Às Divisões e aos Serviços compete:

I - planejar, coordenar, orientar e controlar, em nível central e descentralizado, a execução das atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;

II - apoiar e acompanhar o desenvolvimento das operações policiais integradas com outras unidades centrais e descentralizadas, ou junto a outros órgãos governamentais, a fim de controlar a alocação e o uso dos recursos necessários;

III - propor normas e diretrizes específicas, correlatas à sua área de atuação, tendo em vista a padronização de procedimentos e a otimização do desempenho das unidades sob sua supervisão, em nível central e descentralizado;

- IV - organizar, atualizar e divulgar a legislação e a jurisprudência correlatas às matérias de sua competência, com vistas à uniformização na classificação de delitos, quando for o caso;
- V - realizar, junto às Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações, estudos de viabilidade para elaboração de convênios e instrumentos correlatos, tendo em vista a operacionalização de ações policiais e administrativas; e
- VI - elaborar estudos e dispor de dados acerca das ações em sua área de atuação, e consolidar relatórios de avaliação e desempenho das atividades, com vistas à definição de padrões de eficiência e eficácia, a fim de subsidiar decisões superiores.

Art. 24. Às Delegacias, Setores, Núcleos e CIAPA, compete:

- I - planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;
- II - executar operações policiais específicas e aquelas integradas com outras unidades ou junto a outros órgãos governamentais, quando for o caso;
- III - cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais na execução das atividades correspondentes a sua área de atuação, dispondo da legislação, jurisprudência e outras informações correlatas; e
- IV - dispor de dados acerca do desempenho de suas ações específicas e consolidar relatórios de tais atividades, a fim de subsidiar os níveis hierárquicos superiores.

As competências específicas das principais unidades da SR/DPF/SC estão definidas na Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, de 15/06/2005, alterada pela IN 17/2008-DG/DPF, de 08/12/2008 e pela IN 39/2010-DG/DPF, de 05/10/2010.

A estrutura e competências da Unidade estão em consonância com as atribuições da Polícia Federal, as quais estão divididas em macroprocessos, conforme segue.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Núcleo de Inteligência Policial - NIP

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativos à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.

Corregedoria Regional da Polícia Federal - COR

Competência/Atribuição: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados às inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.

Delegacia Regional Executiva - DREX

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas a sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam

	na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processos que visam ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinados ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, de 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa Lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinados à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção a Testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas a sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

Setor Técnico Científico - SETEC

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas a sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consiste no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Setor de Recursos Humanos - SRH

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas a sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas a sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho,

	o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.
--	---

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas a sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinados à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinados ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinados ao controle patrimonial da instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da organização.

1.6. Principais Parceiros

As características geográficas e populacionais do Estado de Santa Catarina, apresentadas na introdução, acabam potencializando o número e os tipos de operações desenvolvidas no Estado, pois praticamente todas as modalidades de crimes precisam ser combatidas e reprimidas, o que só é possível devido ao apoio e integração desenvolvidos ao longo dos últimos anos com as áreas de inteligência dos Órgãos que compõem a força de segurança pública em Santa Catarina – Polícias Civil, Militar - e de outras entidades federais, tais como o INSS, o Ministério do Trabalho, o Tribunal de Contas e a Controladoria-Geral da União, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal, o IBAMA, o ICMBio e a Marinha, resultando em eficientes parcerias na troca de informações estratégicas no combate à criminalidade.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Informações Sobre o Planejamento Estratégico da Unidade

Preliminarmente, deve-se ressaltar que não há, no âmbito da SR/DPF/SC, um planejamento estratégico específico e formal, sendo a atuação dos diversos setores que compõem a Unidade delineada pelas suas atribuições legais, bem como, seguindo planejamento ou, mesmo, orientações dos Órgãos Centrais e da própria Direção Geral.

Cumpra esclarecer que o DPF tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos, trabalho desenvolvido a partir do entendimento de que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intensa transformação, a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários – histórias sobre a forma que o mundo pode assumir – sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis. Parte-se da premissa que o futuro da criminalidade no território brasileiro está em constante mutação, no entanto, as ameaças e pontos fracos inerentes à segurança pública, podem ser estudados e entendidos e, com base em tais considerações podem ser formuladas estratégias e políticas para influenciar os eventos que virão, no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los.

Isto posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, o planejamento estratégico do DPF, para o período de 2010 a 2022, pôde ser representado por três instrumentos:

- I. Plano Estratégico, composto por:**
 - a. Histórico;
 - b. Negócio;
 - c. Missão;
 - d. Visão;
 - e. Valores;
 - f. Fatores Críticos de Sucesso;
 - g. Políticas Corporativas;
 - h. Macro Objetivos;
 - i. Objetivos Institucionais; e
 - j. Ações Estratégicas.

- II. Portfólio Estratégico, composto por:**
 - a. Objetivos Institucionais; e
 - b. Ações Estratégicas.

- III. Mapa Estratégico, composto por:**
 - a. Missão;
 - b. Visão;
 - c. Perspectivas;
 - d. Macro Objetivos;
 - e. Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores;
 - e
 - f. Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos

Objetivos Institucionais.

Na sequência apresenta-se os objetivos institucionais e as respectivas ações estratégicas do DPF que servem de base para as unidades definirem seus planos de ação.

- I. Fortalecer a cultura de gestão estratégica**
 - a. Planejamento estratégico
 - b. Gestão de processos
 - c. Gestão de projetos
 - d. Avaliação do desempenho
 - e. Modelagem organizacional
 - f. Gestão do conhecimento
 - g. Fomento a pesquisa, desenvolvimento e inovação
 - h. Garantia da segurança institucional

- II. Valorizar o servidor**
 - a. Gestão por competência
 - b. Assistência à saúde do servidor

- III. Ampliar a credibilidade institucional**
 - a. Proteção da imagem institucional
 - b. Difusão da comunicação interna e externa
 - c. Desenvolvimento da responsabilidade socioambiental

- IV. Reduzir a criminalidade**
 - a. Prevenção à criminalidade
 - b. Repressão a organizações criminosas
 - c. Atuação policial em grandes eventos
 - d. Gestão da qualidade da prova
 - e. Aperfeiçoamento dos procedimentos de polícia judiciária
 - f. Efetivação de mecanismos de análise e inteligência policial

- V. Promover a cidadania**
 - a. Defesa dos direitos humanos
 - b. Otimização dos serviços ao usuário cidadão
 - c. Individualização do cidadão
 - d. Controle regulatório e fiscalizatório

- VI. Incrementar os acordos e parcerias**
 - a. Alianças internacionais
 - b. Cooperação nacional

- VII. Otimizar o emprego dos bens e recursos materiais**
 - a. Gestão de obras e infraestrutura
 - b. Racionalização da gestão logística

- VIII. Consolidar a governança em tecnologia da informação**
 - a. Alinhamento da TI a gestão policial
 - b. Melhoria da infraestrutura e serviços de TI e telecomunicações

- IX. Integrar o orçamento ao planejamento estratégico**

- a. Gestão orçamentário-financeira
- b. Uniformização orçamentário-financeiro-contábil

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Inicialmente, deve-se destacar que toda a atuação do DPF se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”.

Dando seguimento, a estratégia de atuação encontra-se focada em uma VISÃO DE FUTURO que é “tornar a Polícia Federal uma referência em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, esta em cooperação com os estados soberanos, sempre se atentando para os valores fundamentais da dignidade humana”.

Para dar efetividade às suas ações de caráter finalístico, a SR/DPF/SC trabalha com um Plano de Metas que visa a atender as demandas de natureza material, pessoal, de obras, manutenção, logística e de prestação de serviço aos cidadãos com o objetivo de aplicar os recursos com a maior eficiência possível e identificar eventuais alternativas às limitações existentes.

Neste contexto, foi elaborado pela SR/DPF/SC o Plano de Metas Anual para o exercício de 2012, dividido em três blocos, a saber:

I. Metas Policiais:

- a. Incrementar o combate aos crimes ambientais;
- b. Incrementar o combate aos crimes de corrupção;
- c. Incrementar o combate ao tráfico ilícito de drogas;
- d. Incrementar o combate aos crimes financeiros e de lavagem de dinheiro;
- e. Incrementar o patrulhamento na costa do litoral catarinense;
- f. Incrementar a fiscalização nos Portos de Santa Catarina;
- g. Incrementar a apuração de crimes eleitorais;
- h. Incrementar os serviços prestados ao cidadão;
- i. Ampliar o controle de armas de fogo;
- j. Agilizar a conclusão dos inquéritos policiais (IPL's) em andamento;
- k. Ampliar a capacidade de interceptação telemática da SR/DPF/SC e suas Descentralizadas;
- l. Apoiar as metas das unidades Descentralizadas.

As metas policiais estabelecidas para a SR/DPF/SC alcançaram os objetivos esperados, principalmente com relação ao combate aos crimes ambientais, de tráfico de drogas e ações de patrulhamento da costa do litoral catarinense, como se pode depreender da análise dos resultados.

Frente às responsabilidades constitucionais e às determinações da Direção Geral do DPF, a maior dificuldade enfrentada pela SR/DPF/SC foi a de manter o atendimento dos recrutamentos para as operações permanentes do órgão junto às fronteiras paralelamente às atividades de rotina da Unidade. Soma-se a isso a carência de efetivo e o grande número de afastamentos legais.

II. Metas Administrativas:

- a. Construção de sede própria para a Delegacia de Chapecó;

- b. Construção de sede nova para as Delegacias de Dionísio Cerqueira e Itajaí;
- c. Concluir a sede do NEPOM em Florianópolis;
- d. Renovar a frota de viaturas;
- e. Construir o terceiro site Tetrapol no Estado de SC;
- f. Prover os Núcleos de Identificação com novos equipamentos de perícia papiloscópica;
- g. Melhorar a estrutura de trabalho e de fiscalização e controle no Porto de Imbituba/SC;
- h. Dar destino aos veículos apreendidos nas descentralizadas;
- i. Promover a reforma da SR/DPF/SC;
- j. Promover a reforma das Delegacias Descentralizadas;
- k. Prover a SR/DPF/SC de sistema CFTV tecnologicamente atualizado;
- l. Melhorar os serviços de Internet Banda Larga da SR/DPF/SC e suas Descentralizadas;
- m. Prover a SR/DPF/SC e suas Descentralizadas de microcomputadores e periféricos atualizados tecnologicamente;
- n. Automatizar os serviços do Arquivo Geral/SR/SC;
- o. Identificar os processos de todas as unidades da SR/DPF/SC;
- p. Implementar a sistemática de acompanhamento efetivo do Plano de Metas da SR/SC;
- q. Formar Brigada de Incêndio na SR/DPF/SC;

As metas administrativas delineadas pela SR/DPF/SC tiveram resultados adversos devido aos fatores externos que demandaram mudança de estratégia de atuação, como por exemplo a construção da sede da DPF/DCQ/SC que já havia sido aprovada no Plano de Obras - PLANOB/2010 e no exercício de 2011 suspensa pelo corte orçamentário imposto para obras pelo Governo Federal e no exercício de 2012 não foi licitada por inadequação da área da União e a dificuldade de incorporação de outra área na região de Dionísio Cerqueira/SC.

A incorporação da área destinada à construção da DPF/IJI/SC e do NEPOM, naquela cidade, foi formalizada pelo Patrimônio da União, contudo a incorporação da área para construção da sede da Delegacia de Chapecó e as devoluções de terrenos e das casas funcionais localizadas em Dionísio Cerqueira, dependem de ações da Gerencia do Patrimônio da União, já reiteradas e que aguardam deliberações junto àquele órgão desde 2011.

A ação para melhoria das instalações da DPF/JVE/SC não obteve resultado no exercício de 2010 em virtude da ausência de projetos para instrução do processo licitatório e, em 2011/2012, por carência de recursos.

A meta traçada para formação de Brigada de Incêndio também permanecerá nas metas para 2013 em virtude das pendências de adequação das instalações físicas da SR/DPF/SC para a certificação concedida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Florianópolis e o agendamento do treinamento, tendo em vista a falta de contrato para manutenção predial (cortes orçamentários).

A meta de destinação dos veículos apreendidos das descentralizadas foi parcialmente cumprida em virtude dos tramites de provocação do judiciário para decisão de cada bem vinculado ao processo e que poderá ser devolvido ao proprietário, leilado, doado ou dado em perdimento à União.

III. Metas Institucionais - Gestão de Pessoas:

- a. Treinar/Capacitar o efetivo policial e administrativo da SR/DPF/SC;
- b. Manter as ações voltadas à melhoria da saúde do servidor;
- c. Melhorar a distribuição do quadro de servidores.

IV. Metas Institucionais:

- a. Propor a criação de uma unidade formal de Polícia Federal no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis/SC.

As metas institucionais traçadas pela SR/DPF/SC para o exercício de 2012 obtiveram alguns resultados positivos. No entanto, poderiam ter sido melhores se não fosse o contingenciamento orçamentário e a falta de recomposição do quadro de servidores policiais e administrativos que, sabidamente, atinge a todas as unidades do DPF. No que tange a criação de unidade formal da Polícia Federal no Aeroporto, depende de gestões junto à Direção Geral do órgão e ainda não foi contemplada.

A atuação do Serviço Social no ano de 2012 esteve centrada prioritariamente no atendimento ao servidor, no desenvolvimento de projetos sociais e na transição para a integração do Polícia Federal nas Unidades SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor. O Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 21/2010 foi assinado em setembro de 2012 pela Polícia Federal, confirmando sua adesão a Unidade SIASS/UFSC.

Dando continuidade aos projetos sociais desenvolvidos pelo Serviço Social da SR/DPF/SC, o Projeto Patrulha da Saúde, promovido em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal e, que em 2012 foi executado pela terceira vez, obteve um resultado inédito, o atendimento de todas as unidades da SR/DPF/SC no Estado, contemplando, assim, as metas de ação voltadas à melhoria da saúde do servidor.

Na Tabela 1, podem ser visualizados os quantitativos das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social da Unidade em 2012.

TABELA 1 – QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE		
	2010	2011	2012
Atendimentos Individuais (servidores/ familiares)	61	45	36
Atendimentos no âmbito dos Projetos Sociais	1200	2800	1050
Elaboração de Projetos Sociais	03	01	01
Execução de Projetos Sociais	07	16	08
Apoio a projetos sociais em unidades da PF de outros estados	----	02	00
Apoio a projetos sociais de outros órgãos	07	10	08
Emissão de Parecer Social	02	01	01
Emissão de Relatório Social	00	02	03
Organização de Campanhas de Vacinação	02	04	04
Aplicação de Pesquisas de Clima Organizacional	03	00	00
Reuniões interinstitucionais	25	06	10
Visitas domiciliares/ hospitalares	17	06	00
Participação em atividades do SIASS (dias)	00	24	80*
Apoio a pesquisas acadêmicas	00	04	00

Fonte: Relatório de Atividades de 2012

*Em outubro/2012 o Serviço Social passou a executar suas atividades na Unidade SIASS/UFSC

Concernente às atividades de gestão documental, desenvolvidas pela Arquivista da Unidade, 2012 foi um ano em que se primou pela capacitação em gestão de informações, abrangendo servidores do DPF em âmbito nacional. Dentre essas ações pode-se citar: distribuição do Manual de Gestão de Documentos da SR/DPF/SC para todas as demais Superintendências Regionais do país; realização do Treinamento de Arquivo para servidores da SR/DPF/SC; colaboração no projeto de desenvolvimento do Sistema de Gestão Documental do DPF, coordenado por unidade central do órgão; elaboração e tutoria da Disciplina de Arquivologia do Curso de Aperfeiçoamento Profissional para Progressão à Classe Especial voltado aos Escrivães de Polícia Federal, coordenado pela Academia Nacional de Polícia; publicação do artigo “*Automatização do Inquérito Policial sob a Ótica da Gestão Documental*” na revista Segurança Pública & Cidadania, v.4 n.1, p. 91-97, jan/jun 2011, publicada pela Escola Superior de Polícia. Além disso, ação de extrema relevância empreendida durante o ano de 2012 foi o desenvolvimento da ferramenta de controle do acervo do Arquivo Geral da Unidade no âmbito do Sistema de Gerenciamento da SR/DPF/SC - SISGER. Com a carência de licenças para uso do software Microsoft Access, o controle do acervo estava comprometido. O desenvolvimento dessa ferramenta também trouxe vantagens como automatização dos espelhos das caixas-arquivo e da eliminação de documentos desprovidos de valor, bem como acesso do público interno para consulta dos documentos do acervo e apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão da Polícia Federal no atendimento dos pedidos de acesso à informação.

Na ação de melhoria da gestão esta UJ se manteve empenhada na execução do Plano de Melhoria da Gestão, elaborado pelo Comitê de Gestão de Processos – CGPRO/SR/SC, criado pela Portaria 48/2012-GAB/SR/SC, após a conclusão dos trabalhos de identificação da arquitetura de processos da Unidade realizado em parceria com o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/CIGE/DPF, no ano de 2011. O objetivo do Comitê é o acompanhamento da execução das ações pelas unidades responsáveis para o alcance das metas. No entanto, o acompanhamento dos resultados restou prejudicado diante das prioridades da Alta Administração da UJ pelas atividades finalísticas do DPF em Santa Catarina, somado a outros fatores, tais como o movimento classista dos servidores no ano de 2012, os afastamentos por motivo de saúde, licenças capacitações, aposentadorias, movimentação de servidores com relocação de setores e as constantes trocas de chefias.

Ressalta-se ainda que no exercício de 2012 o DPF, como a grande maioria dos Órgãos Públicos Federais, passou por momento difícil, mormente face aos movimentos paredistas das classes de servidores que compõem o Departamento, agravando uma situação já difícil imposta pelos cortes orçamentários e pelo quadro de pessoal reduzido.

Nesse sentido, nesta Superintendência Regional, procurou-se minimizar o impacto dos movimentos paredistas, buscando soluções junto aos Sindicatos das Categorias, de forma que as manifestações dos servidores transcorressem sem que restassem prejudicadas atividades administrativas e operações já em andamento, principalmente aquelas urgentes, fazendo do diálogo uma ferramenta para o equacionamento dos problemas. E o que se pode observar ao final é que houve um desfecho satisfatório, visto que não restaram prejudicadas operações de grande vulto e urgentes e não ocorreu, por parte desta SR/DPF/SC, a instauração de nenhum procedimento administrativo disciplinar ou sindicância em função da movimentação.

Por óbvio algumas atividades tiveram rotinas alteradas, principalmente aquelas que demandavam atendimento ao público externo, porém, como já frisado, as ações coordenadas por esta Administração em sintonia com os Sindicatos se mostraram eficazes na busca de se minimizar os impactos decorrentes dos movimentos paredistas.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

No ano de 2012, a atuação da SR/DPF/SC abrangeu inúmeras operações de combate ao crime organizado, já sob a égide de seu novo Regimento Interno e sempre em consonância com as diretrizes da Direção Geral, com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas.

Para cumprir os objetivos propostos, foram realizadas diversas operações policiais, bem como impetradas ações de valorização e capacitação dos servidores. Houve necessidade e foram tomadas providências visando a racionalização dos créditos orçamentários disponíveis, inclusive para fazer frente a contingenciamento imposto em âmbito nacional, tomando-se as devidas cautelas no sentido de minimizar o impacto na atuação da Polícia Federal.

Ainda, conforme destacado no item 1.6, no contexto da estratégia de atuação, houve continuidade no processo de fortalecimento da integração entre a Polícia Federal e outros órgãos, tais como a Receita Federal, a Controladoria-Geral da União, o Banco Central, o IBAMA e o Tribunal de Contas da União - no âmbito do executivo federal, e Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil e Polícia Militar - no âmbito do executivo estadual e Guardas Municipais - na esfera municipal.

As mencionadas ações de integração possibilitaram o fortalecimento da atuação da Polícia Federal em Santa Catarina, nas mais diversas áreas, desde a inteligência até a execução de operações, passando pela capacitação. As ações permanentes de repressão na região de fronteira também contaram com o apoio da Receita Federal e da Secretaria de Segurança Pública.

Visando cumprir suas atribuições legais e atentando para o cumprimento de determinações e/ou orientações de Órgãos Superiores, esta SR/DPF/SC executou, durante o exercício de 2012, diversas atividades, cujos quantitativos principais se encontram elencados na Tabela 2.

TABELA 2 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES GERAIS

ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012
IPLS INSTAURADOS	2.848	3.487	3.204
IPLS RELATADOS	3.147	3.142	2.884
IPLS EM ANDAMENTO	2.172	2.903	2.324
SUBSTANCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS	--	--	1.073,45Kg 27.746 unid.
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (sólido - Kg)	310,00 Kg	--	0
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (líquido - l)	2.026 l	--	0
LAUDOS PERICIAIS	2.048	1.705	1.528
REGISTRO DE ARMAS EMITIDOS	13.319	6.934	13.382
ARMAS ENTREGUES DA CAMPANHA DO DESARMAMENTO*	209	1.338	237
PORTES DE ARMA DEFERIDOS*	54	--	64
PASSAPORTES EMITIDOS	63.962	77.479	81.015
REGISTRO DE ESTRANGEIROS	2.909	3.490	3.741
CARTEIRAS DE ESTRANGEIROS EMITIDAS	3.187	4.215	3.766

CONTROLE MIGRATÓRIO – ENTRADA DE ESTRANGEIROS E BRASILEIROS	186.718	198.332	221.913
CONTROLE MIGRATÓRIO – SAÍDA DE ESTRANGEIROS E BRASILEIROS	131.035	158.093	165.738
CARTEIRAS DE VIGILANTES EMITIDAS*	5.532	3.251	2.502
VISTORIAS BANCÁRIAS	1.194	1.192	1.172
VISTORIAS EMPRESAS	99	114	146
OPERAÇÕES DEFLAGRADAS	61	41	55
MANDADOS CUMPRIDOS DE BUSCA E APREENSÃO	108	183	157
MANDADOS CUMPRIDOS DE PRISÃO PREVENTIVA	112	111	74
MANDADOS CUMPRIDOS DE PRISÃO TEMPORÁRIA	36	19	16
PATRULHAMENTO COSTEIRO	40	15	11

Fonte: Relatório de Atividades de 2012 e Sistema Cartorário - SISCART

*Tendo em vista a dificuldade de implantar a metodologia adequada para aferição dos indicadores de desempenho da Unidade, esses dados foram estimados

2.4. Indicadores

QUADRO 02 – INDICADOR 1 - TAXA DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA UNIDADE JURISDICIONADA

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final*		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na SR/DPF/SC (percentagem)	31/12/2012	90,63	97,26	100	97,26
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/IJI/SC (percentagem)	31/12/2012	83,53	65,82	100	65,82
3	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/JVE/SC (percentagem)	31/12/2012	81,24	100	100	100
4	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/XAP/SC (percentagem)	31/12/2012	100,83	75,17	100	75,17
5	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/DCQ/SC	31/12/2012	132,97	82,99	100	82,99

	(percentagem)					
6	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/CCM/SC (percentagem)	31/12/2012	96,43	124,92	100	124,92
7	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/LGE/SC (percentagem)	31/12/2012	113,33	106,58	100	106,58
TOTAL	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ(percentagem)	31/12/2012	99,85	93,25	100	93,25
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício de 2012 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2012 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice, melhor.						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte: Corregedoria - COGER/DPF (dados extraídos do Sistema Nacional de Procedimentos Cartorários - SINPRO e SISCART)

QUADRO 3 – INDICADOR 2 - TEMPO MÉDIO GASTO ENTRE A ABERTURA E CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA UNIDADE JURISDICIONADA

Ordem	Indicador	Referência			Índice previsto no exercício (dias)	Índice atingido no exercício (dias)
		Data	Índice inicial (dias)	Índice final (dias)		
1	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais (Portarias e Flagrantes) na SR/DPF/SC	31/12/2012	182	202	Não há (*)	Prejudicado
2	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais (Portarias e Flagrantes) na DPF/IJI/SC	31/12/2012	206	174	Não há (*)	Prejudicado
3	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais (Portarias e Flagrantes) na DPF/JVE/SC	31/12/2012	210	201	Não há (*)	Prejudicado
4	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais (Portarias e Flagrantes) na DPF/XAP/SC	31/12/2012	158	185	Não há (*)	Prejudicado
5	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais (Portarias e Flagrantes) na DPF/DCQ/SC	31/12/2012	221	160	Não há (*)	Prejudicado
6	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais (Portarias e Flagrantes) na DPF/CCM/SC	31/12/2012	248	264	Não há (*)	Prejudicado
7	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais (Portarias e Flagrantes) na DPF/LGE/SC	31/12/2012	173	149	Não há (*)	Prejudicado
MÉDIA TOTAL	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais (Portarias e Flagrantes) na UJ	31/12/2012	200	191	Não há (*)	Prejudicado

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o

relatório (excluem-se as cotas).

Metodologia: O tempo para conclusão do IPL da unidade, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa. Quanto menor o índice, melhor.

Exemplo: O IPL nº 555/2005 foi relatado em 05/05/2010. Foi instaurado em 05/05/2005. Teve 10 remessas à JF ou MPF, totalizando 500 dias fora do DPF. O tempo entre a instauração e o relatório foi de 1.826 dias (05/05/2010 - 05/05/2005) - 500 dias = 1.326 dias. Tempo para conclusão do IPL nº 555/2005: 1.326 dias.

(*) Não existe prazo determinado ou estimado para a conclusão do inquérito policial, uma vez que cada investigação apresenta sua complexidade. Assim, há inquéritos policiais que são concluídos em menos de 30 dias e outros que podem demorar anos para serem finalizados.

Análise do Resultado Alcançado:

Fonte: COGER/DPF

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010/2022). Esse documento foi a diretriz utilizada pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Em ato contínuo foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União - TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF – CIGE, unidade subordinada diretamente à Direção-Geral do Órgão, trabalha na formatação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Atualmente, como já ressaltado, além da atividade finalística de repressão e combate às mais diversas modalidades de crimes, o DPF presta cerca de 40 serviços à sociedade, tais como a emissão de documentos de viagens, certidões de antecedentes criminais, controle de empresas de vigilância, de comércio de produtos químicos, controla a entrada e saída de estrangeiros, dentre muitos outros. Neste contexto, iniciaram-se os estudos para criação de indicadores de desempenho que mensurem a efetividade dos principais processos das diversas UJs que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão com a expectativa dos primeiros índices poderem ser aplicados já no exercício de 2013.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A SR/DPF/SC tem em sua estrutura organizacional a Corregedoria Regional – COR, setor responsável, dentre outras atribuições, pelo acompanhamento e correção de eventuais falhas, verificadas na formalização de processos em trâmite na Superintendência, inclusive a guarda de materiais/produtos apreendidos e a custódia de pessoas. Não obstante a isso, fica evidente a carência de um setor específico de controle interno, que preveja mecanismos de controle de forma ampla, para todos os setores/atividades desta Superintendência.

A Assessoria de Controle Interno – ACI/GAB-DG/DPF, vinculada ao Gabinete do Diretor-Geral, já encaminhou orientação para que as unidades designem um servidor para atuar nas atividades de Assessoria Regional de Controle Interno, no entanto, ainda não foi formalizada a nomeação.

A avaliação do sistema de controles internos da UJ encontra-se no Anexo III do presente RG.

3.2. Sistema de Correição

O procedimento correicional de polícia judiciária está devidamente regulamentado nas disposições constantes do Título IV da Instrução Normativa nº 11/2001 - DG/DPF, instrumento do qual se extrai que as correições se constituem em ação fiscalizadora das atividades de polícia judiciária, objetivando apontar e corrigir eventuais falhas e observar o cumprimento das normas legais e regulamentares, impondo-se controle e avaliação permanente, primando pela qualidade, eficiência e eficácia dos serviços.

Classificam-se em: ordinárias, parciais e extraordinárias. As ordinárias são realizadas anualmente pelas Corregedorias Regionais, por intermédio dos Núcleos de Correições a elas subordinados, com o eventual auxílio de servidores convocados, e tem como objetivo examinar os procedimentos em tramitação (especialmente os inquéritos policiais, sem olvidar: os termos circunstanciados, os registros especiais e as cartas precatórias), no tocante à parte formal e de qualidade na produção da prova, bem como: os livros cartorários, os expedientes pendentes, os registros das ocorrências policiais, os depósitos, os materiais e veículos apreendidas, o cartório e as condições de segurança da custódia (no que se refere às unidades que as possuem), nas descentralizadas e na sede das respectivas Superintendências. Tal modalidade de correições é delineada pelo plano correicional e finalizada com a elaboração de um processado (relatório correicional), onde há o relato das atividades desenvolvidas, do que foi constatado, da avaliação de desempenho e das sugestões apresentadas para o aperfeiçoamento profissional, e no qual também são inclusas as cópias dos formulários de análise correicional referentes às impropriedades constatadas em cada inquérito examinado e, ainda, nele ficam registradas a avaliação e providências do Corregedor e as medidas adotadas pelo Dirigente para sanar as eventuais falhas, incorreções e irregularidades. A correição parcial é aquela realizada pelos Núcleos de Correições nas Superintendências e pelas Autoridades Policiais designadas em cada unidade descentralizada. Examinam-se os procedimentos policiais para verificar o cumprimento de formalidades antes da remessa à Justiça. A correição extraordinária, com os mesmos objetivos preconizados, é determinada pelo Corregedor-Geral da Polícia Federal e, excepcionalmente, pelo Superintendente Regional, para ação fiscalizadora em apenas um ou mais procedimentos policiais, ou setores da unidade.

3.3. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Portaria nº 1043/2007-CGU vem sendo integralmente cumprida no âmbito da Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR/SR/SC, com utilização do sistema CGU-PAD pelo Núcleo de Disciplina - NUDIS/COR/SR/SC no gerenciamento das informações sobre processos disciplinares, sendo observadas as prescrições dos arts. 4º e 5ª da referida portaria.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Os quadros deste subitem (A.4.1 a A.4.6) não se aplicam a esta UJ, visto que os programas constantes no Plano Plurianual (PPA) não são de responsabilidade e, tampouco, gerenciados por esta Unidade. Em princípio, as informações pertinentes deverão ser informadas no RG do DPF.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO 4 - A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	30108*	200336*
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLICIA FEDERAL - FUNAPOL	30909*	200337*

Fonte: SIAFI

*Códigos do SIAFI correspondentes a Unidade Orçamentária (UO) da Coordenação Orçamentária e Financeira do DPF – COF/DLOG/DPF, vinculada à Unidade Central do órgão. A COF/DLOG/DPF recebe os recursos e descentraliza por movimentação para as demais UJs.

4.2.2. Programação Orçamentária das Despesas

Os Quadros A.4.8, A.4.9 e A.4.10, denominados, respectivamente, Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital e Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência, não se aplicam a esta Unidade, uma vez que a Superintendência Regional do DPF em Santa Catarina não consta na LOA, visto que recebe créditos orçamentários por descentralização da COF/DLOG/DPF, a qual preencherá os quadros acima citados no RG do Departamento de Polícia Federal.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO 5 - A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESAS

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos				
	Recebidos	200019	28.164,69		12.206.401,70
Movimentação Externa	Concedidos				
	Recebidos				
Natureza da Movimentação de	UG	Classificação	Despesas de Capital		

Crédito		concedente ou recebedora	da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortizaçã o da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200019		199.117,55		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

4.2.4. Execução Orçamentária das Despesas

Não há incidência de créditos originários nesta UJ, assim não se aplica a sua natureza este item do relatório, ficando prejudicado o preenchimento dos Quadros A.4.12 e A.4.13, que se referem à Execução da Despesa com Créditos Originários.

QUADRO 6 - A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	6.324.708,25	6.723.354,51	6.324.708,25	6.723.354,51
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	6.324.708,25	6.723.354,51	6.324.708,25	6.723.354,51
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	1.237.411,17	1.257.791,38	1.237.411,17	1.257.791,38
g) Dispensa	1.103.312,57	1.087.652,20	1.103.312,57	1.087.652,20
h) Inexigibilidade	134.098,60	170.139,18	134.098,60	170.139,18
3. Regime de Execução Especial	243.743,01	348.444,47	243.743,01	348.444,47
i) Suprimento de Fundos	243.743,01	348.444,47	243.743,01	348.444,47
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	3.339.236,43	2.584.747,91	3.339.236,43	2.584.747,91
j) Pagamento em Folha *	-	-	-	-
k) Diárias	3.339.236,43	2.584.747,91	3.339.236,43	2.584.747,91
5. Outros	229.154,85	738.193,26	229.154,85	738.193,26
6. Total (1+2+3+4+5)	11.374.253,71	11.652.531,53	11.374.253,71	11.652.531,53

Fonte: SIAFI

*O pagamento em Folha é realizado pela unidade Central e constará no RG do DPF

QUADRO 7 - A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITO DE MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
319008.03	16.285,61	6.023,69	16.285,61	6.023,69	-	-	16.285,61	6.023,69

319092.01	11.879,08	-	11.879,08	-	-	-	11.879,08	-
319092.80	-	2.439,33	-	2.439,33	-	-	-	2.439,33
2 – Juros e Encargos da Dívida								
-								
-								
3 – Outras Despesas Correntes								
339014.14	3.314.084,71	2.581.858,35	3.314.084,71	2.581.858,35	-	-	3.314.084,71	2.581.858,35
339037.01	2.364.013,09	2.080.738,31	2.208.345,43	2.080.738,31	155.667,66	-	2.208.345,43	2.080.738,31
339037.02	1.182.971,31	1.090.334,51	1.110.005,33	1.090.334,51	72.965,98	-	1.110.005,33	1.090.334,51
Demais elementos	5.345.332,59	5.768.177,64	4.705.762,15	5.192.888,88	639.570,44	575.288,76	4.705.762,15	5.192.888,88
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
449052.35	182.684,15	605.982,97	6.150,00	555.632,97	176.534,15	50.350,00	6.150,00	555.632,97
449052.30	11.878,00	-	-	-	11.878,00	-	-	-
449052.42	2.814,00	107.385,20	-	107.385,20	2.814,00	-	-	107.385,20
Demais elementos	1.741,40	36.324,29	1.741,40	35.230,29	-	1.094,00	1.741,40	35.230,29
5 – Inversões Financeiras								
-								
-								
6 – Amortização da Dívida								
-								
-								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Os créditos orçamentários recebidos por movimentação, oriundos por descentralização da COF/DLOG/DPF, foram executados para o adimplemento das despesas correntes da SR/DPF/SC, referente a contratos de aquisição de materiais de consumo e de prestação de serviços, bem como para custear as despesas com passagens e diárias dos servidores em missão, e ainda para as aquisições de materiais permanentes que garantem a logística necessária para a eficiência da atividade finalística desta UJ, conforme detalhamento nas planilhas de controle do NEOF/SR/SC, constante do Anexo IV.

Diante da descentralização dos recursos orçamentários, definidos por discricionariedade pela COF/DLOG/DPF, após a publicação da LOA, a SR/DPF/SC suportou cortes que resultaram em prejuízo para as atividades de apoio e mudança em planos de ação desta UJ no exercício de 2011, reflexos estes que se estenderam também no exercício de 2012. Ressalta-se que fora informado pela unidade central que as restrições de recursos feitas pela COF/DLOG/DPF são proporcionais ao contingenciamento informado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já que cada UJ informa a cota orçamentária necessária para o exercício seguinte visando subsidiar o montante do DPF para compor a LOA.

O plano de atuação da SR/DPF/SC para o exercício de 2012 foi traçado pelo Plano de Metas
Relatório de Gestão 2012 – SR/DPF/SC

Anual – PMA 2012 SR/DPF/SC, consignando-se no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN os pedidos pertinentes, sendo ainda encaminhado a COF/DLOG/DPF estudo de cota orçamentária necessária para adimplir com as despesas contratadas desta UJ, bem como para o atendimento das necessidades pontuais ao longo do exercício.

Contudo, as diretrizes do orçamento para o exercício de 2012 foi informada em outubro de 2011, com dotações aquém das estimadas para atendimento das despesas correntes da Unidade, o que não garantiu o restabelecimento do contrato de manutenção predial encerrado em 2010, como resultado da publicação do decreto dos contingenciamentos orçamentários do Governo Federal.

A COF/DLOG/DPF, em cumprimento a determinação de contingenciamento de recursos imposto pelo Governo Federal, realizou a liberação do teto orçamentário de diárias no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP por cotas mensais, gerando uma dificuldade de operacionalização do sistema e de compras de passagens.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve incidência de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, no exercício de 2012, motivo pelo qual fica prejudicado o preenchimento do Quadro A.5.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5.2. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 8 - A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	626.732,76	235.153,33	391.579,43	-
2010	1.282.944,25	275.413,71	1.007.530,54	-
...				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A estratégia de pagamento dos restos a pagar (RAP) adotada pela SR/DPF/SC se manteve como as do exercício anterior, qual seja a de acompanhar a execução dos contratos mensalmente para, no final do exercício, não haver morosidade na remessa da fatura conferida e atestada ao Núcleo Orçamentário e Financeiro – NEOF/SELOG/SR/SC da Unidade, para reduzir as inscrições em restos a pagar.

A gestão orçamentária da SR/DPF/SC não sofre impactos com o pagamento de RAP de exercícios anteriores, uma vez que a COF/DLOG/DPF libera o recurso atendendo solicitação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI sem impactar a cota orçamentária da Unidade, contudo há impacto na liberação das cotas financeiras.

Não há incidência de reinscrição de RAP na SR/DPF/SC, sendo liquidados no exercício seguinte. Não há registro no SIAFI de valores referentes à RAP de exercícios anteriores a 2011 na SR/DPF/SC.

5.3. Informações Sobre Transferências, Vigentes no Exercício de 2012

QUADRO 9 - A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
NOME: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA									
CNPJ: 00.394.494/0039-09					UG/GESTÃO: 200370				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	08059.005461/2010-95	153163	169.000,00*	169.000,00	-	169.000,00	07/03/2012	07/03/2014	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Processo 08059.005461/2010-95

*Transferência realizada pela Unidade Gestora (UG) Central 200337

QUADRO 10 - A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina					
CNPJ:	00.394.494/0039-09					
UG/GESTÃO:	200370					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	01	01	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	01	01	02	-	169.000,00 *	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	01	02	03	-	169.000,00 *	-

Fonte: Quadro de Controle GAB/SR/SC

*Transferência realizada pela Unidade Gestora (UG) Central 200337

QUADRO 11 - A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina					
CNPJ: 00.394.494/0039-09			UG/GESTÃO: 200370		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	04				
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	04	169.000,00	169.000,00	-	169.000,00
Termo de Compromisso					
Totais	08	169.000,00	169.000,00	-	169.000,00

Fonte: Quadro de Controle GAB/SR/SC; Processo 08059.005461/2010-95

Análise Crítica

Os convênios e Termos de Cooperação firmados pela SR/DPF/SC não são onerosos, com exceção do Termo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina, no qual houve transferência de R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais) realizada pela Unidade Central, visando custear as despesas do curso de Mestrado profissional em Perícias Criminais Ambientais.

Neste sentido, informa-se que o prazo para a prestação de contas deste termo somente ocorrerá no exercício de 2013, razão pela qual se deixa de preencher os Quadros A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de

cooperação e de contratos de repasse e A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse, os quais serão apresentados no próximo RG.

5.4. Informações Sobre Suprimento de Fundos

QUADRO 12 - A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS Valores em R\$ (SF) 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200370	Superintendência Regional de Polícia Federal em SC	-	148.006,00	98.189,45	246.195,45
200371	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - SC	-	-	-	-
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	148.006,00	98.189,45	246.195,45

Fonte: SIAFI

O Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos – Conta tipo “B”, deixa de constar no presente RG, uma vez que não foram concedidos SF nesta modalidade para os supridos da UJ (conta tipo “B”).

QUADRO 13 - A.5.10 – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200371		Limite de Utilização da UG	Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	Total	
Adriana Vitalis	036.671.089-31	23.989	1.350,00	2.145,40	3.495,40	
Ana Claudia Seguins	390.400.624-04	15.581	2.790,00	4.545,97	7.335,97	
Anderson Arias Moreira	001.493.117-61	51.203	19.330,00	8.323,75	7.653,75	
Anderson Rosa Alves Pequeno	022.477.417-46	5.953	1.000,00	500,00	1.500,00	
Antonio José Moreira da Silva	109.793.538-82	16.404	6.560,00	1.789,80	8.349,80	
Claiton Budtinger	451.700.700-63	11.810	975,00	914,57	1.889,57	
Cristiano Sobrosa da Silva	975.382.720-20	6.000	630,00	3.312,09	3.942,09	
Daniel Teixeira Ferreira	518.989.690-00	23.820	280,00	2.850,13	3.130,13	
Denilson Antonio de Oliveira	026.258.187-60	21.631	4.300,00	5.348,62	9.648,62	
Eduardo Marques Cardoso	005.997.639-06	13.160	645,00	1.642,64	2.287,64	
Eduardo Ostwald Corbal	979.896.497-72	156.561	28.290,00	10.455,90	8.745,90	
Handerson Schlemper Kiquio	018.571.559-12	17.553	2.390,00	852,07	3.242,07	
Jociane Guedes Martins	526.396.499-49	41.338	10.020,00	779,00	10.799,00	
Julio Cesar Sarneski	445.574.939-04	62.179	4.789,00	10.823,61	5.612,61	
Jorge Maurício Froeder	600.574.161-68	89.028	13.170,00	7.964,30	21.134,30	
Julcinir Ireno Martins	415.870.309-34	16.000	10.010,00	5.968,91	15.978,91	
Mauro Celso da Silva	820.116.997-20	7.000	3.820,00	1.491,20	5.311,20	
Mirian Kruse dos Santos	748.186.780-15	31.906	2.150,00	2.670,21	4.820,21	

Paulo Engly Souza Matos	963.772.915-15	71.217	5.315,00	3.684,01	8.999,01
Rafael da Costa Firpo	610.774.450-91	18.585	4.100,00	999,94	5.099,94
Reinaldo Garcia Duarte	078.919.728-69	40.908	-	7.905,77	7.905,77
Renato Rocha Prado	021.306.217-83	79.589	13.000,00	2.937,00	15.937,00
Ricardo da Cruz Monsores	022.057.287-92	8.000	1.130,00	2.985,36	4.115,36
Roger Mendonça Queiroz Chagas	162.694.462-87	13.000	3.600,00	1.534,90	5.134,90
Romão Alberto Trauczynsky	920.235.419-72	4.500	2.160,00	-	2.160,00
Vinicius Tadeu Correa	900.034.627-49	47.261	4.202,00	3.798,00	8.000,00
Yvens Amaro Anschau do Amaral	397.834.480-72	9.216	2.000,00	1.966,30	3.966,30
Total Utilizado pela UG			148.006,00	98.189,45	246.195,45
Total Utilizado pela UJ			148.006,00	98.189,45	246.195,45

Fonte: SIAFI

QUADRO 14 - A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	280	148.006,00	77	98.189,45	246.195,45
2011	-	-	423	256.986,00	75	92.405,96	349.391,96
2010	-	-	352	218.071,00	71	72.193,15	290.264,15

Fonte: SIAFI

QUADRO 15 - A.5.12 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	35	243.743,01	51	348.444,47	46	290.303,40

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A SR/DPF/SC há alguns anos somente utiliza a metodologia de pagamento de despesas por Cartão de Pagamento do Governo Federal, estando de acordo com a legislação vigente e a Instrução Normativa do DPF, 49/2011-DG/DPF, que regula a matéria. Não há incidência de utilização de Suprimentos de Fundos de conta tipo “B”.

Os recursos são utilizados para custear as despesas de natureza emergenciais e indispensáveis para a execução das atividades finalísticas do DPF em Santa Catarina ou que possam afetá-las diretamente.

5.5. Renúncia Tributária

Este item não se aplica à realidade desta UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1. Informações Sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 16 - A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		428	12	28
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)		428	12	28

Fonte: SISGER

QUADRO 17 - A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	--
1.2. Exercício de Função de Confiança	01
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	--
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	02
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	04
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	00
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	00
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	38
4.2. Capacitação	123
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	00
5.2. Serviço Militar	00
5.3. Atividade Política	00
5.4. Interesses Particulares	00
5.5. Mandato Classista	00
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	

7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	169
---	------------

Fonte: SISGER

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 18 - A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		04	01	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		27	11	08
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)				

Fonte: SISGER

QUADRO 19 - A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	13	199	153	70	06
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			03	01	
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)					

Fonte: SISGER

QUADRO 20 - A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes									

Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				02	36	354	07	08	04
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provisão de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						04			
2.3. Funções Gratificadas						27			
3. Totais (1+2)									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SISGER

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal

QUADRO 21 - A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão										
Exercícios	2012		R\$ 766.419,83 ¹	R\$ 109.854,70 ²		R\$ 2.858.037,18 ³		R\$ 319,38	R\$ 42.403,46	
	2011									
	2010									
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012		R\$ 164.354,81 ⁴							
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									

Fonte: SISGER

¹GDATPF e VP

²Adicional de periculosidade e insalubridade

³Alimentação, transporte e pré-escolar

⁴DAS e FG

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO 22 - A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		
1.1 Voluntária		14
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		01
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	232	15

Fonte: SISGER

Os dados do Quadro A.6.8 – Instituidores de pensão são de responsabilidade do órgão central e estão centralizados no SEAP/DRH/CRH.

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foram constatadas, no âmbito desta SR/DPF/SC, a acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Como informado no item anterior, não foram constatados irregularidades neste quesito.

6.1.7. Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

QUADRO 23 - A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC*	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	01			
Concessão de aposentadoria	15	09		
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato				

concessório				
Totais	16	09		

Fonte: SISGER

*Os dados referentes os atos cadastrados no SISAC são de responsabilidade do órgão central

QUADRO 24 - A.6.10 – ATOS SUJEITOS A COMUNICAÇÃO AO TCU

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC*	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	03 ¹			
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais				

Fonte: SISGER

*Os dados referentes os atos cadastrados no SISAC são de responsabilidade do órgão central

¹01 demissão e 02 exonerações

Os dados referentes aos atos cadastrados no SISAC, Quadros A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC, A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) e A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro, são de responsabilidade do órgão central e serão informados no RG do DPF.

6.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Esta SR/DPF/SC não possui indicadores gerenciais para recursos humanos. Neste contexto, em regra, segue-se indicadores parametrizados pela Direção Geral ou Órgãos Centrais, a exemplo dos indicadores de gestão, citados no item 2.4. deste RG.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Os Quadros A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ, A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados e A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados não se aplicam à natureza jurídica desta UJ.

6.2.1. Informações Sobre Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

QUADRO 25 - A.6.17 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA													
UG/Gestão: 200370							CNPJ: 00.394.494/0039-09						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	15/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/03/2012	21	16	-	-	-	-	E
2007	L	O	16/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/03/2012	-	03	-	-	-	-	E
2007	L	O	17/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/03/2012	-	04	-	-	-	-	E
2007	L	O	18/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/03/2012	-	02	-	-	-	-	E
2007	L	O	19/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/03/2012	-	03	-	-	-	-	E
2007	L	O	20/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/03/2012	-	02	-	-	-	-	E
2007	V	O	24/2007	83.930.214/0001-94	03/08/2007	31/07/2012	-	04	-	-	-	-	E
2007	V	O	25/2007	05.449.286/0001-00	03/08/2007	31/05/2012	-	02	-	-	-	-	E
2007	V	O	39/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	31/05/2012	-	02	-	-	-	-	E
2007	V	O	40/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	31/05/2012	-	02	-	-	-	-	E
2007	V	O	41/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	31/05/2012	-	02	-	-	-	-	E
2007	V	O	42/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	31/05/2012	-	02	-	-	-	-	E
2007	V	O	43/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	31/05/2012	-	02	-	-	-	-	E
2011	V	O	02/2011	05.497.780/0001-40	01/02/2011	31/01/2014	-	04	-	-	-	-	P
2012	L	O	06/2012	03.116.865/0001-06	01/04/2012	31/03/2013	-	-	-	11	-	-	A
2012	L	O	07/2012	03.767.254/0001-28	01/04/2012	31/03/2013	-	-	9	10	-	-	A
2012	L	O	10/2012	08.629.207/0001-31	01/06/2012	31/05/2014	-	-	23	18	-	-	A
2012	V	O	12/2012	05.449.286/0001-00	01/08/2012	31/03/2014	-	-	12	6	-	-	A
2012	V	O	13/2012	79.894.168/0001-48	01/08/2012	31/03/2014	-	-	3	3	-	-	A

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos - SR/DPF/SC

6.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos

QUADRO 26 - A.6.18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA														
Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA														
UG/Gestão: 200370							CNPJ: 00.394.494/0039-09							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	6	O	26/2007	05.600.954/0001-59	03/08/2007	31/07/2012	-	04	-	-	-	-	-	E
2008	5	O	22/2008	02.877.566/0001-21	01/01/2009	31/12/2013	-	-	-	07	-	-	-	P
2009	7	O	07/2009	78.533.312/0001-58	11/02/2009	31/12/2013	-	-	-	12	-	-	-	P
2009	7	O	08/2009	78.533.312/0001-58	10/02/2009	31/12/2013	-	-	-	28	-	-	-	P
2010	11	O	03/2010	02.290.779/0001-52	04/03/2011	03/03/2014	-	-	-	01	-	-	-	P
2010	7	O	15/2010	05.974.509/0001-59	01/01/2011	31/12/2013	-	-	04	03	-	-	-	P
2010	7	O	16/2010	78.533.312/0001-58	01/01/2011	31/12/2013	-	-	19	16	-	-	-	P
2010	7	O	17/2010	04.970.088/0001-25	01/01/2011	31/12/2013	-	-	09	08	-	-	-	P
2010	7	O	18/2010	79.283.065/0001-41	01/01/2011	31/12/2013	-	-	16	13	-	-	-	P
2012	6	O	16/2012	05.600.954/0001-59	01/08/2012	31/07/2013	-	04	-	-	-	-	-	A

Observação:

LEGENDA
Área:
1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos - SR/DPF/SC

6.2.3. Composição do Quadro de Estagiários

O Quadro A.6.19 – Composição do quadro de estagiários não foi preenchido no presente RG em vista da não atuação de estagiários na SR/DPF/SC em 2012 motivada pela rescisão do contrato com a empresa SELETRIX Organização e Serviços Ltda, por inexecução.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios

A frota de veículos desta SR/DPF/SC é utilizada segundo as normas contidas na Instrução Normativa nº 03/2009-DG/DPF, de 05/03/2009, e gerenciada por controles específicos em sistemas informatizados garantindo maior eficiência na utilização da frota. Neste sentido, ressalta-se que o controle do abastecimento e da manutenção da frota está sendo realizado pelo sistema de gerenciamento por cartão, em contrato mantido por esta Administração, com resultados positivos.

A frota de veículos desta SR/DPF/SC é própria, não havendo contratos de locação ou terceirização. Muito embora haja a utilização de veículos apreendidos – não pertencentes ao patrimônio da Unidade, com a devida autorização judicial para o uso em atividades específicas de repressão ao tráfico de drogas e ao contrabando/descaminho.

Deixa-se de apresentar a relação da frota da SR/DPF/SC no presente RG, pelo entendimento de tratar-se de informações sensíveis referentes à atividade finalística desta UJ, estando à disposição da equipe de auditoria nos sistemas informatizados para consulta.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

QUADRO 27 - A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - SANTA CATARINA	Σ	Σ
	Dionísio Cerqueira	21	21
	Florianópolis	3	3
	Itajaí	1	1
	Joinville	1	1
	*Lages	1	1
Total		27	27

Fonte: SPIUnet

*A DPF/LGE/SC está instalada em área cedida pelo DNIT não constando no SPIUnet.

QUADRO 28 - A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - Santa Catarina	Σ	Σ
	Criciúma	1	1

	Chapecó	1	1
Total Brasil		2	2

Fonte: Gestão de Contratos - SR/DPF/SC

QUADRO 29 - A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP *	Regime ***	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado **	Com Reformas	Com Manutenção	
200370	8097 00026.500-0	1	Regular	37.944,00	03/11/2011	118.000,00			
200370	8097 00027.500-6	1	Regular	37.497,60	03/11/2011	118.000,00			
200370	8096 00028.500-1	1	Regular	29.015,00	25/12/2000				
200370	8097 00029.500-7	2	Regular	32.140,80	26/12/2000				
200370	8097 00030.500-2	2	Regular	6.696,00	26/12/2000				
200370	8097 00031.500-8	2	Regular	49.104,00	26/12/2000				
200370	8097 00032.500-3	3	Ruim	68.683,40	01/01/2000				
200370	8097 00033.500-9	3	Regular	4.095,34	01/01/2000				
200370	8097 00034.500-4	3	Regular	44.753,20	01/01/2000				
200370	8097 00035.500-0	3	Regular	25.140,00	01/01/2000				
200370	8097 00036.500-5	3	Regular	37.998,00	01/01/2000				
200370	8097 00037.500-0	3	Regular	37.153,60	01/01/2000				
200370	8097 00038.500-6	3	Regular	48.553,00	01/01/2000				
200370	8097 00039.500-1	3	Regular	33.776,00	03/11/2011	118.000,00			
200370	8097 00040.500-7	3	Regular	31.665,00	01/01/2000				
200370	8097 00041.500-2	3	Ruim	160.490,68	03/11/2011	1.389.266,78	4.791,43	736,00	
200370	8097 00042.500-8	3	Ruim	24.140,00	01/01/2000				
200370	8097 00043.500-3	4	Ruim	70.009,72	03/12/2002				
200370	8097 00045.500-4	3	Regular	39.686,80	01/01/2000				
200370	8097 00046.500-0	3	Ruim	72.483,20	01/01/2000				
200370	8097 00049.500-6	3	Regular	77.335,84	01/01/2000				
200370	8105 00221.500-5	5	Bom	2.169.780,53	13/09/2012	2.169.780,53			
200370	8105 00254.500-5	2	Bom	4.319.465,42	13/02/2003		12.864,60	147.264,69	
200370	8105 00483.500-0	3	Bom	417.541,39	28/10/2011	417.541,39	7.424,80	2.724,00	
200370	8161 00091.500-0	3	Regular	223.203,37	26/12/2000		11.761,74	1.222,00	
200370	8179 00069.500-3	6	Bom	61.939.020,00	09/08/2004				
Total									199.639,56

Fonte: SPIUnet – SIAFI

* As casas funcionais sob a responsabilidade do DPF na cidade de Dionísio Cerqueira estão sob a análise de devolução ao Patrimônio da União em processo instruído pelo DPF àquela Gerência da Superintendência do Patrimônio da União - SPU.

** As reavaliações foram solicitadas ao Patrimônio da União, o qual informou impossibilidade de atendimento pelo volume da demanda. Considerando as restrições orçamentárias desta UJ não há recursos para contratação de avaliador, contudo foi solicitado às Prefeituras Municipais o apoio necessário para avaliação, tendo em vista os levantamentos anuais para a tributação dos imóveis. Medida esta que está em fase de aguardo das respostas

*** Regimes referentes a providências tomadas pela SPU: (1) vago para uso; (2) entrega – administração federal direta; (3) em regularização – outros; (4) locação para terceiros; (5) em regularização – cessão; (6) em regularização – entrega.

Análise Crítica

A SR/DPF/SC possui sob sua responsabilidade o quantitativo de 26 (vinte e seis) imóveis, nos quais estão instaladas a sede da Unidade e as delegacias descentralizadas no interior do Estado, bem como os imóveis funcionais na cidade de Dionísio Cerqueira que estão no aguardo da devolução dos bens ao Patrimônio da União, por provocação desta UJ a Gerencia da SPU em SC. Duas delegacias, DPF/XAP/SC e DPF/CCM/SC estão instaladas em prédio locado.

A gestão dos imobilizados é dificultada pelas restrições orçamentárias para custeio de despesas com manutenção de imóveis. As reformas dependem da descentralização dos recursos pela unidade central após a avaliação do Plano de Obras², encaminhado por cada unidade da Federação, anualmente, versos as limitações da LOA para tal ação.

No início do exercício de 2010 o Departamento de Obras do DPF aprovou a proposta de construção de nova delegacia na cidade de Dionísio Cerqueira uma vez que a edificação própria conta com mais de 40 anos e está em péssimo estado de conservação. No entanto, com os contingenciamentos orçamentários impostos no exercício, a maioria das obras aprovadas foram suspensas, inclusive a contemplada para este Estado de Santa Catarina, restrições estas que se mantiveram no exercício de 2012.

Ressalta-se a dificuldade de administrar bens imóveis com restrições orçamentárias em uma instituição que tem sua atividade finalística priorizada no momento de definição da distribuição da dotação orçamentária.

Exemplifica-se com o insucesso da licitação para a manutenção predial da SR/DPF/SC no exercício de 2011, em virtude das limitações orçamentárias informadas pela COF/DLOG/DPF no momento da solicitação de Declaração de Disponibilidade Orçamentária para trâmite do procedimento licitatório, perdurando até o exercício de 2012, ficando a Unidade sem prestação de serviços de manutenção por mais de 2 (dois) ano e 6 (seis) meses. O mesmo fato se estende às unidades do interior do Estado que tem suas necessidades de manutenção atendidas pontualmente, de forma reativa.

Uma das metas estabelecidas pela SR/DPF/SC no exercício de 2012 era contemplar as unidades com contrato de manutenção predial para melhorar o estado de conservação dos imobilizados e garantir melhores condições para os servidores, contudo foi frustrada pelas limitações impostas ao orçamento do DPF que refletiu no corte de orçamento desta UJ.

² Regulamentado pela IN 11/2005-DG/DPF.
Relatório de Gestão 2012 – SR/DPF/SC

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ constante do Anexo V.

9. GESTÃO DO USO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis constante do Anexo VI.

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO 30 - A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Programa Carbono Neutro	2008			Plantio de 5000 mudas de árvores		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1000 resmas	1500 resmas	1000 resmas	8.040,00	13.650,00	8.640,00
Água	5810 m ³	-	-	65.437,87	66.127,03	69.421,17
Energia Elétrica	1.617.992 kwh	1.668.015 kwh	1.744.346 kwh	754.469,02	731.756,26	716.490,09
			Total	827.946,89	811.533,29	794.551,26

Fonte: SIAFI e arquivos do Núcleo Administrativo/SELOG/SC

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Deliberações do TCU e da OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Considerando o Acórdão n.º 6023/2012 – TCU – 2ª Câmara, não houve determinações de providências por parte do Tribunal de Contas da União, no exercício de 2012, motivo pelo qual se deixa de preencher os Quadros A.10.1 e A.10.2.

10.1.2. Deliberações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI constante do Anexo VII.

Não há recomendações da OCI pendentes de atendimento que impacte a gestão da UJ razão pela qual o Quadro A.10.4 não foi incluído neste RG.

10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não há atuação de unidade de Auditoria Interna, somente Assessoria de Controle Interno – ACI/GAB-DG/DPF que está vinculada ao Gabinete do Diretor-Geral, conforme Portaria 2.877/2011-MJ. A ACI/GAB-DG/DPF encaminhou orientação para que as unidades designem um servidor para atuar nas atividades de Assessoria Regional de Controle Interno, no entanto esta UJ ainda, não foi formalizada a nomeação.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n.º 8.730/93

QUADRO 31 - A.10.5 – DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR DECLARAÇÃO DE BENS E RENDIMENTOS

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n.º 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n.º 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			31
	Entregaram a DBR			31
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Planilha Controle do Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/SC

Análise Crítica

Esta UJ adotou procedimentos mais eficazes para que os servidores obrigados a apresentar ao Setor de Pessoal a cópia da declaração de bens e rendas ou as respectivas autorizações de acesso ao IRPF o façam em tempo hábil, visando o atendimento ao disposto no § 2º do Art. 3º do Decreto nº 5.483/05. Neste sentido, a UJ cienteificou os servidores da responsabilidade administrativa que implica o descumprimento do dispositivo legal, através da expedição de Circular em 2011 o que resultou no cumprimento da obrigação em 2012.

10.4. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Os dados dos contratos e convênios encontram-se cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Sistema Integrado de Convênios - SICONV, conforme se depreende da Declaração do Gestor, constante no Anexo VIII, deste RG.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Esta Unidade tem tomado providências para implementação dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial ao que concerne à Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos, seguindo as orientações da Setorial Contábil, aplicadas a cada caso.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Segue, como Anexo IX a este RG, a Declaração dos Contadores das UGs vinculadas à UJ.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Em cumprimento às determinações legais, a UJ demonstrou regularidade em suas contas e produtividade em seu desempenho no exercício de 2012.

Preliminarmente, ressalta-se que na ação de melhoria da gestão esta SR/DPF/SC se manteve empenhada na execução do Plano de Melhoria da Gestão 2012, elaborado pelo Comitê de Gestão de Processos - CGPRO/SR/DPF/SC, dando continuidade aos trabalhos do Gespública iniciados em 2010. Em 2012, as ações foram ampliadas, tendo em vista a identificação dos potenciais de melhorias para os processos da Unidade ao longo do trabalho de levantamento da arquitetura de processos do DPF realizado em parceria com o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/CIGE/DPF. No entanto, a implantação da metodologia de acompanhamento dos resultados sofreu uma concorrência muito forte com a grande demanda de ações e operações realizadas por esta SR/DPF/SC e suas Descentralizadas no ano de 2012.

A título de observação, a Alta Administração desta UJ realizou o registro dos compromissos assumidos, metas cumpridas e principais operações realizadas ao longo dos três últimos exercícios, todos consubstanciados em uma publicação contendo o relato das ações e os registros fotográficos a fim de proporcionar à Direção Geral e às futuras administrações um resgate histórico da gestão desta SR/DPF/SC permitindo uma continuidade de ações com mais subsídio histórico e uma base mais sólida para futuras tomadas de decisões.

Para o êxito de suas atividades finalísticas em 2012, a Alta Administração desta UJ precisou redobrar os esforços para planejar e executar as operações policiais, cujas principais foram apresentadas na Tabela 2 do presente RG, além das ações previstas como imprescindíveis e indispensáveis, mesmo com o contingenciamento dos recursos federais, acrescido da escassez de material humano em função de licenças capacitações, aposentadorias, afastamentos por motivo de saúde e, especialmente, pela paralisação de Agentes, Escrivães e Papiloscopistas por cerca de 70 dias.

Finalizando e ratificando o conteúdo do RG de 2011, deve-se destacar o profissionalismo com que a equipe da Polícia Federal em Santa Catarina, mesmo diante de todos os obstáculos que se apresentaram neste difícil ano de 2012, vem trabalhando e investindo nas ações de sua competência legal, externando a satisfação e o orgulho de fazer parte da força de trabalho desta grande Instituição.

Florianópolis/SC, 25 de Março de 2013.

MIRIAN KRUSE DOS SANTOS
Escrivã de Polícia Federal – Mat. 6484
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial

RICARDO DOTTORI GASPAR
Delegado de Polícia Federal – Mat. 6251
Superintendente Regional e.e

ANEXOS

ANEXO I – PRINCIPAIS OPERAÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2012

OPERAÇÕES REALIZADAS	PERÍODO DE INVESTIGAÇÃO	RESUMO	RESULTADOS (IMPACTO FINANCEIRO)
OPERAÇÃO SÍSIFO	03 meses	Tráfico de mulheres paraguaias para prostituição em Imbituba/SC	--
OPERAÇÃO INTERNET SEGURA	Trabalho preventivo em fevereiro 2012	Operação anual, envolve atividades de orientação nas “lan houses”	--
OPERAÇÃO GAROUPA	Janeiro/2012	Operação conjunta com o ICMBio e com o Cepsul, que intensificou a repressão à pesca ilegal na Reserva Biológica do Arvoredo e na costa catarinense no período de 16 a 21 de janeiro.	Apreensão de uma embarcação e multa de R\$ 8.400,00 aplicada pelo ICMBio.
OPERAÇÃO COMBINADA DO MAR (2011)	Janeiro e Fevereiro/2012	Operação preventiva de segurança no mar em conjunto com a Marinha do Brasil e a SSP/SC.	68 embarcações abordadas e 19 notificações lavradas pela Marinha.
OPERAÇÃO AMAZÔNIA AZUL (ITAJAÍ)	Fevereiro/2012	Operação de repressão à pesca ilegal na região de Itajaí/SC	29 embarcações atuadas pelo Ibama, 1 embarcação apreendida e R\$ 51.000,00 em autuações.
OPERAÇÃO ALHO E ÓLEO (ITAJAÍ)	Março/2012	Fiscalização do cumprimento do defeso e da pesca predatória na Reserva Biológica do Arvoredo, de 14 a 16/03.	Multa de R\$ 15.000,00 aplicada pelo Ibama e fiança nos valores de R\$ 20.000,00 e R\$ 15.000,00 para dois presos por pesca ilegal e apreensão de uma embarcação.
OPERAÇÃO DEFENSAS (ITAJAÍ)	Abril/2012	Operação de controle e fiscalização da Regata Volvo Ocean Race na etapa brasileira em Itajaí/SC.	--
OPERAÇÃO FRONTEIRA MARÍTIMA	Abril e Maio/2012	Operação planejada pelos setores de inteligência do DPF e da Marinha do Brasil, contou com o apoio do Ibama do ICMBio e do Ministério Público do Trabalho, visando coibir ilícitos na costa catarinense.	1,2 toneladas de pescados, 4 embarcações apreendidas, 20 embarcações fiscalizadas (de pesca e de lazer) e cerca de cem pessoas checadas.
OPERAÇÃO PARATI (PARANAGUÁ)	Julho/2012	Operação capitaneada pelo Ibama/PR, para repressão à pesca ilegal no litoral paranaense, região de Paranaguá.	16 toneladas de pescado, 4 embarcações pesqueiras e 89 Km de redes de pesca apreendidos.
OPERAÇÃO CLEAN UP DAY	Novembro/2012	Operação para limpeza do fundo do mar na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.	5 metros cúbicos de lixo retirados do fundo do mar.
OPERAÇÃO COMBINADA MAR (2012)	Dezembro/2012	Operação preventiva de segurança no mar em conjunto com a Marinha do Brasil e a SSP/SC.	12 abordagens e 4 notificações.
OPERAÇÃO BERBIGÃO	Dezembro/2012	Operação conjunta com o ICMBio, de fiscalização para repressão à captura irregular de berbigão na Costeira do Pirajubaé/Florianópolis, realizada nos dias 11 e 14 de dezembro.	Aplicação de 4 autos de infração totalizando R\$ 3.300,00 em multas.
OPERAÇÃO GARNAAL	Fevereiro/	Repressão ao tráfico internacional	600.000,00

	2012 a Novembro/2012	de drogas, notadamente o tráfico de drogas sintéticas, como ecstasy e LSD.	(drogas e veículos apreendidos)
OPERAÇÃO CURIÓ	Janeiro/2012 a Novembro/2012	Repressão ao tráfico internacional de drogas, notadamente o tráfico de drogas sintéticas, como ecstasy e LSD.	R\$ 2,5 milhões (drogas apreendidas)
OPERAÇÃO PECUS	De 10/01/2012 a 11/06/2012	Operação realizada para desarticular quadrilha especializada na falsificação de cédulas de Real. Ao longo da operação foram presas 09 pessoas, apreendidas mais de 800 cédulas falsas e petrechos para falsificação. A investigação serviu também para subsidiar a SR/DPF/SP com informações a respeito da falsificação de cédulas em São Paulo a cargo de outras pessoas	Apreensão de mais de quarenta e seis mil Reais em cédulas falsas
OPERAÇÃO TRAMPOLINA	A partir de março/2012	Uso de documentos falsos perante o Ministério do Esporte para obter aprovação de projetos relacionados à Lei de Incentivo ao Esporte	--
OPERAÇÃO MOSSORÓ/PASSPORT	Abril/2012 a Novembro/2012	Casas de câmbio não autorizadas pelo Banco Central, em operação no centro de Florianópolis/SC	Apreensão de montante equivalente a um milhão de reais, em moedas nacional e estrangeiras
OPERAÇÃO PERSA	De 2009 a Dezembro/2012	Falsificação de documentos para concessão benefícios previdenciários por Servidor do INSS e um despachante. Foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão com participação de 75 Policiais Federais	R\$1.000.000,00 (segundo cálculo da própria Previdência Social)
OPERAÇÃO NACIONAL	Abril/2010 a Outubro/2012	Fraudes de benefícios previdenciários praticados por contadores e despachantes	Inúmeros benefícios suspensos e impacto financeiro em apuração pelo INSS
OPERAÇÃO MEDICINA LEGAL	Dezembro de 2011 e ainda em andamento	Perícias médicas fraudulentas	R\$350.000,00 (segundo estimativa da Previdência Social)
OPERAÇÃO CRETA	Abril de 2011 e ainda em andamento	Fraudes em auxílio-doença a dependentes químicos	Cerca de duzentos benefícios previdenciários suspeitos
OPERAÇÃO SNIPER	1º Semestre de 2012	Operação voltada ao combate do narcotráfico, estendendo a cidades da circunscrição da DPF/JVE/SC. Houve a prisão de 5 pessoas e resultou na instauração dos IPLs 289/2012 (100,70 Kg de maconha), IPL 220/2012 e (109,83 Kg de maconha), IPL 208/2012 (1,97Kg de crack) bem como na apreensão de 100,00 Kg de maconha na cidade de Ourinhos/SP.	27/05/12 – IPL 0289/2012 com a prisão de uma pessoa em Mafra/SC e apreensão de 100,70 Kg de maconha. 18/04/12 – IPL 220/2012, com a prisão de duas pessoas em Araquari/SC e apreensão de 109,83 Kg de maconha. 18/04/2012- IPL 215/2012, com a prisão de uma pessoa em Joinville/SC e apreensão de 20,27Kg de maconha. 14/05/12 – apreensão de 100 Kg de maconha em

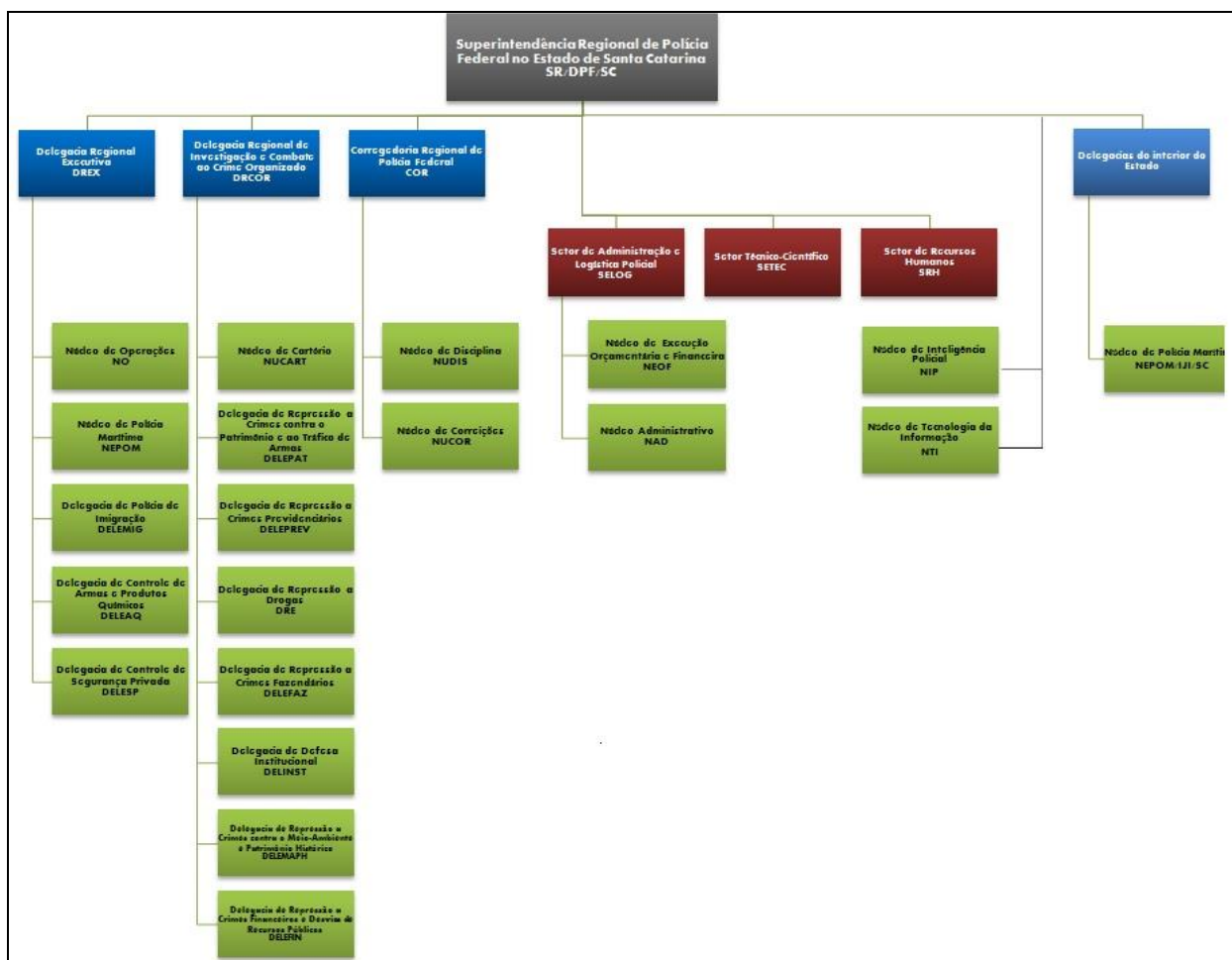
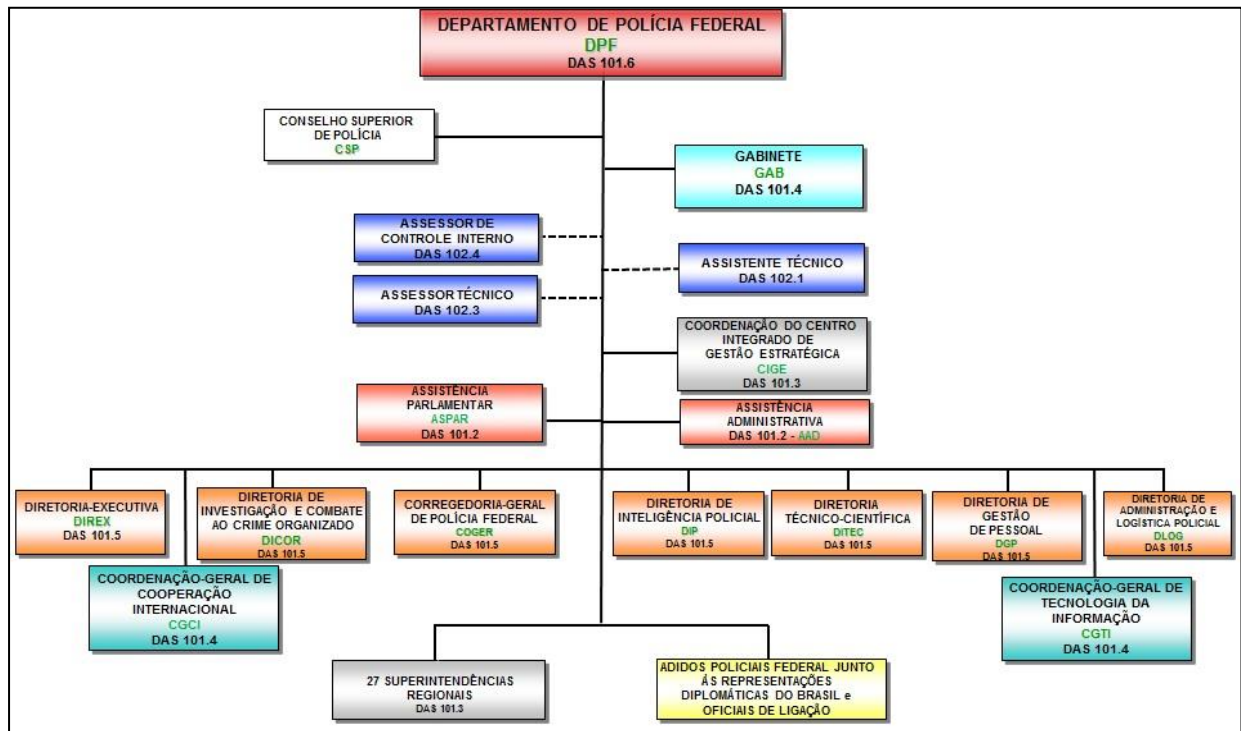
			Ourinhos/SP. 05/04/12 – IPL 208/12, com a prisão de uma pessoa e 1,97 Kg de “crack”.
OPERAÇÃO BOA VISTA	Junho/2011 a Março/2012	Envio de drogas da região de Foz do Iguaçu/PR para outras unidades da Federação, em especial o Estado de Santa Catarina.	18/03/12 – IPL 178/2012, com a prisão de uma pessoa e apreensão de 04 Kg de maconha. 18/03/12 – 177/2012, com a prisão de uma pessoa e apreensão de 50 comprimidos de ecstasy.
OPERAÇÃO DÈJA VÚ	Janeiro/2011 a Março/2012	Envio de drogas da região de Mato Grosso do Sul para outras unidades da Federação, em especial o Estado de Santa Catarina.	17/12/2011 – IPL 0498/2011-4 DPF/JVE/SC, preso Celso Carlos Ottoni e outro com 11,848 Kg de Cocaína.
OPERAÇÃO SÁTIROS	Junho/2011 a Março/2012	Envio de drogas da região de Foz do Iguaçu/PR para outras unidades da Federação, em especial o Estado de Santa Catarina.	14/07/2011 – IPL 0220/2011-4 DPF/JVE/SC, preso Fernando José Vieira com 02 Kg de Crack. 14/10/2011 – IPL 0712/2011 – SR/DPF/PR, preso Cleyton Willians de Sá e outro com 250 Kg de Maconha. 28/10/2011 – IPL 0789/2011 – SR/DPF/PR, preso Sanny Anderson Dávila e outros com 17 Kg de Crack. 04/11/2011 – IPL 0416/2011-4 DPF/JVE/SC, preso Alexandre Floriano e outro com 01 Kg de Crack. 11/11/2011 – IPL 0439/2011-4 DPF/JVE/SC, presa Viviane Kalkmann e outros com 01 Kg de Crack.
OPERAÇÃO NOCTUA	Junho/2012 a Agosto/2012	Operação de combate ao narcotráfico desenvolvida na área da circunscrição da DPF/JVE/SC	06/08/2012 – IPL 410/2012, resultando na prisão de duas pessoas e apreensão de 40,10 Kg de maconha e 6,09 Kg de crack. 16/07/12 m- IPL 384/2012, com a prisão de duas pessoas e apreensão de 11,35 Kg de crack.
OPERAÇÃO TRÍADE	Outubro/2010 a Março/2012	Operação de combate ao narcotráfico desenvolvida na área de circunscrição da DPF/JVE/SC	Trata-se da reunião das operações DÈJA VÚ, BOA VISTA e SÁTIROS, com vistas a realizar a suas deflagrações conjuntamente.
OPERAÇÃO INTEGRADA COM GISE/PR	Março/2012	Operação de combate ao tráfico de drogas desenvolvida pela unidade GISE/PR com o apoio de policiais do NRE/DPF/JVE/SC.	19/03/2012 – IPL 180/2012, com a prisão de uma pessoa e apreensão de 31,45Kg de cocaína
OPERAÇÃO INTEGRADA COM DPF/PGA/PR	Abril/2012	Operação de combate ao tráfico de drogas desenvolvida pela DPF/PGA/PR, com o apoio de policiais do NRE/DPF/JVE/SC	01/04/2012- IPL 203/2012, com a prisão de três pessoas e apreensão de 108,40 Kg de cocaína.
APOIO	Novembro/2012	Apoio prestado na apreensão de	29/11/12 – IPL 492/2012,

		comprimidos de ecstasy.	com a prisão de uma pessoa e apreensão de 4.952 comprimidos de ecstasy.
OPERAÇÃO JOGADOR	Janeiro/2012 a Julho/2012	Desarticular Organização Criminosa que se dedicava ao tráfico de drogas e armas entre os Estados do MS, SP, PR e SC.	R\$1.100.000,00 (apreensões de drogas e caminhões)
OPERAÇÃO PORTAL II	Julho/2012 a Setembro/2012	Desarticular Organização Criminosa que se dedicava ao tráfico de drogas entre os Estados do MS e SC.	R\$180.000,00 (apreensões de drogas e veículos)
OPERAÇÃO BALA DOCE LITORAL	Novembro/2012	Desarticular Organização Criminosa que se dedica ao tráfico internacional de drogas sintéticas entre o Paraguai e Santa Catarina.	R\$ 510.000,00 (até agora, considerando-se as drogas e o veículo)
OPERAÇÃO FALCATRUA	Janeiro/2012 a Agosto/2012	Empréstimos irregulares em Benefícios Previdenciários	R\$.1.500.000,00 (fraudes realizadas)
OPERAÇÃO COLOMBA	Mai/2012 a Julho/2012	Roubos praticados em Agências da EBCT e Lotéricas	R\$ 50.000,00 (prejuízo aproximado causado às instituições)
OPERAÇÃO GERIÃO (FASE II)	Agosto/2011 a Janeiro/2012	Investigação atividade de tráfico de drogas na cidade de Lages por parte dos comparsas dos alvos investigados na operação GERIÃO (Fase I)	R\$ 13.600,00 (referente a apreensões em 2011)
OPERAÇÃO FUZIL (FASE I)	Outubro/2011 a Julho/2012	Investigação sobre facção criminosa (PGC), tráfico internacional de drogas e distribuição de drogas nas cidades de Lages, Videira, São Joaquim, Ituporanga, Itajaí, Criciúma e Florianópolis.	R\$ 194.740,00
OPERAÇÃO FUZIL (FASE II)	Julho/2012 e ainda em andamento	Levantamento sobre a movimentação financeira dos investigados e seus comparsas da Fase I	--
OPERAÇÃO FARMÁCIA BÁSICA	Setembro/2012 a ainda em andamento	Desvio de medicamentos pertencentes à Prefeitura de Otacílio Costa/SC, fornecendo-os a eleitores em troca de votos, mediante a utilização indevida de receituários médicos.	--
OPERAÇÃO ERYTROXY	De 20.07.2011 a 09.05.2012	Narcotráfico	--
OPERAÇÃO PSICOSE	De 29.08.2011 a 21.09.2012	Fraudes Previdenciárias	--
OPERAÇÃO BOLICHO	Janeiro/2012 a Maio/2012	Investigou crimes de moeda falsa, comércio ilegal de arma de fogo, falsidade documental e estelionato, praticados no oeste de SC e norte do RS. Duas pessoas foram presas em flagrante e condenadas.	--
OPERAÇÃO VOTO	Setembro/2012 a Dezembro/2012	Foram investigados crimes eleitorais. Foram cumpridos 12	--

		mandados de busca e apreensão.	
OPERAÇÃO LOKI 3	De 2011 a 15/06/2012	Contrabando de cigarros paraguaios	R\$ 527.482,90

Fonte: Relatório de Atividades 2012 da SR/DPF/SC

ANEXO II – ORGANOGRAMA FUNCIONAL



ANEXO III – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: GAB/SR/SC

ANEXO IV – PLANILHAS DE CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SR/DPF/SC

Modalidade Licitação - Consolidado - 2012

Modalidade / UG	200370			200371			Total		
	Empenhado	Liquidado	RAP	Empenhado	Liquidado	RAP	Empenhado	Liquidado	RAP
Dispensa de Licitação	1.220.723,56	1.103.312,57	117.410,99	-	-	-	1.220.723,56	1.103.312,57	117.410,99
Licitação Inexigível	141.098,60	134.098,60	7.000,00	-	-	-	141.098,60	134.098,60	7.000,00
Não Aplicável	506.308,79	506.308,79	-	3.062.082,49	3.062.082,49	-	3.568.391,28	3.568.391,28	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	243.743,01	243.743,01	-	243.743,01	243.743,01	-
Pregão	7.192.071,00	6.257.051,76	935.019,24	67.656,49	67.656,49	-	7.259.727,49	6.324.708,25	935.019,24
Total	9.060.201,95	8.000.771,72	1.059.430,23	3.373.481,99	3.373.481,99	-	12.433.683,94	11.374.253,71	1.059.430,23

Movimentação das Contas - RAP 2011 executado 2012

Conta	Descrição	200370	200371	TOTAL
19511.00.00	RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS	617.792,76	8.940,00	626.732,76
29511.03.00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	382.639,43	8.940,00	391.579,43
19514.02.00	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	235.153,33	-	235.153,33
	SALDO	-	-	-

Consolidado - Gastos por Elemento de Despesa - 2012

ND/SB	200370			200371			Consolidado		
	Liquidado	RAP	Empenhado	Liquidado	RAP	Empenhado	Liquidado	RAP	Empenhado
319008.01	11.879,08	-	11.879,08	-	-	-	11.879,08	-	11.879,08
319008.03	16.285,61	-	16.285,61	-	-	-	16.285,61	-	16.285,61
339014.14	289.611,59	-	289.611,59	3.024.473,12	-	3.024.473,12	3.314.084,71	-	3.314.084,71
339014.16	-	-	-	25.151,72	-	25.151,72	25.151,72	-	25.151,72
339030.01	343.648,57	116.304,66	459.953,23	18.652,70	-	18.652,70	362.301,27	116.304,66	478.605,93
339030.03	-	-	-	4.067,65	-	4.067,65	4.067,65	-	4.067,65
339030.04	1.150,00	-	1.150,00	586,00	-	586,00	1.736,00	-	1.736,00

339030.07	13.585,00	4.145,16	17.730,16	317,41	-	317,41	13.902,41	4.145,16	18.047,57
339030.09	-	-	-	90,12	-	90,12	90,12	-	90,12
339030.10	-	-	-	198,93	-	198,93	198,93	-	198,93
339030.11	3.600,00	-	3.600,00	65,80	-	65,80	3.665,80	-	3.665,80
339030.13	-	-	-	90,00	-	90,00	90,00	-	90,00
339030.16	66.390,00	-	66.390,00	5.640,06	-	5.640,06	72.030,06	-	72.030,06
339030.17	58.573,99	15.405,00	73.978,99	6.411,90	-	6.411,90	64.985,89	15.405,00	80.390,89
339030.18	-	-	-	40,00	-	40,00	40,00	-	40,00
339030.19	-	-	-	1.972,60	-	1.972,60	1.972,60	-	1.972,60
339030.20	-	-	-	3.879,96	-	3.879,96	3.879,96	-	3.879,96
339030.21	2.987,00	-	2.987,00	1.344,89	-	1.344,89	4.331,89	-	4.331,89
339030.22	-	-	-	569,52	-	569,52	569,52	-	569,52
339030.23	-	-	-	45,00	-	45,00	45,00	-	45,00
339030.24	17.729,78	5.219,27	22.949,05	11.016,03	-	11.016,03	28.745,81	5.219,27	33.965,08
339030.25	-	-	-	2.477,94	-	2.477,94	2.477,94	-	2.477,94
339030.26	-	-	-	17.227,17	-	17.227,17	17.227,17	-	17.227,17
339030.27	-	-	-	1.443,52	-	1.443,52	1.443,52	-	1.443,52
339030.28	-	-	-	2.953,69	-	2.953,69	2.953,69	-	2.953,69
339030.29	-	-	-	549,00	-	549,00	549,00	-	549,00
339030.34	-	-	-	34.545,07	-	34.545,07	34.545,07	-	34.545,07
339030.36	3.451,20	-	3.451,20	96,78	-	96,78	3.547,98	-	3.547,98
339030.39	210.786,09	71.772,28	282.558,37	100,00	-	100,00	210.886,09	71.772,28	282.658,37
339030.42	-	-	-	1.999,64	-	1.999,64	1.999,64	-	1.999,64
339030.50	-	-	-	431,52	-	431,52	431,52	-	431,52
339030.52	-	-	-	7.912,84	-	7.912,84	7.912,84	-	7.912,84
339033.01	292.931,26	46.386,44	339.317,70	67.656,49	-	67.656,49	360.587,75	46.386,44	406.974,19
339033.02	46.171,03	-	46.171,03	-	-	-	46.171,03	-	46.171,03
339036.24	-	-	-	28.650,00	-	28.650,00	28.650,00	-	28.650,00
339037.01	2.208.345,43	155.667,66	2.364.013,09	-	-	-	2.208.345,43	155.667,66	2.364.013,09
339037.02	1.110.005,33	72.965,98	1.182.971,31	-	-	-	1.110.005,33	72.965,98	1.182.971,31
339037.03	778.475,43	8.548,66	787.024,09	-	-	-	778.475,43	8.548,66	787.024,09

339037.05	104.344,27	-	104.344,27	-	-	-	104.344,27	-	104.344,27
339037.36	205,30	-	205,30	-	-	-	205,30	-	205,30
339039.10	339.681,02	-	339.681,02	-	-	-	339.681,02	-	339.681,02
339039.12	-	-	-	1.030,00	-	1.030,00	1.030,00	-	1.030,00
339039.16	111.356,29	10.882,91	122.239,20	16.610,17	-	16.610,17	127.966,46	10.882,91	138.849,37
339039.17	-	-	-	7.120,00	-	7.120,00	7.120,00	-	7.120,00
339039.19	100.688,90	37.970,40	138.659,30	9.340,00	-	9.340,00	110.028,90	37.970,40	147.999,30
339039.20	-	-	-	40.782,62	-	40.782,62	40.782,62	-	40.782,62
339039.36	3.446,32	-	3.446,32	-	-	-	3.446,32	-	3.446,32
339039.39	827,39	-	827,39	-	-	-	827,39	-	827,39
339039.41	18.056,55	-	18.056,55	-	-	-	18.056,55	-	18.056,55
339039.42	-	-	-	7.510,00	-	7.510,00	7.510,00	-	7.510,00
339039.43	668.469,02	89.000,00	757.469,02	-	-	-	668.469,02	89.000,00	757.469,02
339039.44	53.611,71	-	53.611,71	-	-	-	53.611,71	-	53.611,71
339039.47	73.057,69	-	73.057,69	-	-	-	73.057,69	-	73.057,69
339039.50	-	-	-	200,00	-	200,00	200,00	-	200,00
339039.51	-	-	-	928,00	-	928,00	928,00	-	928,00
339039.57	531.898,82	-	531.898,82	-	-	-	531.898,82	-	531.898,82
339039.58	186.075,77	201.935,67	388.011,44	-	-	-	186.075,77	201.935,67	388.011,44
339039.63	-	-	-	2.065,50	-	2.065,50	2.065,50	-	2.065,50
339039.66	-	-	-	37,60	-	37,60	37,60	-	37,60
339039.67	-	-	-	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
339039.69	23.101,73	-	23.101,73	93,58	-	93,58	23.195,31	-	23.195,31
339039.74	7.452,00	-	7.452,00	2.560,00	-	2.560,00	10.012,00	-	10.012,00
339039.79	120.744,22	24.999,99	145.744,21	-	-	-	120.744,22	24.999,99	145.744,21
339039.97	2.799,96	-	2.799,96	-	-	-	2.799,96	-	2.799,96
339047.02	16.788,73	-	16.788,73	-	-	-	16.788,73	-	16.788,73
339047.10	494,81	-	494,81	-	-	-	494,81	-	494,81
339092.14	-	-	-	12.457,65	-	12.457,65	12.457,65	-	12.457,65

339092.39	49.587,93	-	49.587,93	-	-	-	49.587,93	-	49.587,93
339092.47	783,49	-	783,49	-	-	-	783,49	-	783,49
339092.92	2.880,92	-	2.880,92	-	-	-	2.880,92	-	2.880,92
339092.93	6.796,88	-	6.796,88	-	-	-	6.796,88	-	6.796,88
339093.01	3.096,90	-	3.096,90	-	-	-	3.096,90	-	3.096,90
339093.02	10.163,13	-	10.163,13	-	-	-	10.163,13	-	10.163,13
339093.09	74.547,57	-	74.547,57	-	-	-	74.547,57	-	74.547,57
339139.47	7.206,41	7.000,00	14.206,41	-	-	-	7.206,41	7.000,00	14.206,41
339139.48	200,00	-	200,00	-	-	-	200,00	-	200,00
449052.08	441,00	-	441,00	-	-	-	441,00	-	441,00
449052.30	-	11.878,00	11.878,00	-	-	-	-	11.878,00	11.878,00
449052.34	210,60	-	210,60	-	-	-	210,60	-	210,60
449052.35	6.150,00	176.534,15	182.684,15	-	-	-	6.150,00	176.534,15	182.684,15
449052.42	-	2.814,00	2.814,00	-	-	-	-	2.814,00	2.814,00
449052.49	-	-	-	1.089,80	-	1.089,80	1.089,80	-	1.089,80
Total	8.000.771,72	1.059.430,23	9.060.201,95	3.373.481,99	-	3.373.481,99	11.374.253,71	1.059.430,23	12.433.683,94

Totalização por Grupo - 2012

ND/SB	200370			200371			Consolidado		
	Liquidado	RAP	Empenhado	Liquidado	RAP	Empenhado	Liquidado	RAP	Empenhado
Pessoal	28.164,69	-	28.164,69	-	-	-	28.164,69	-	28.164,69
Despesas Correntes	7.965.805,43	868.204,08	8.834.009,51	3.372.392,19	-	3.372.392,19	11.338.197,62	868.204,08	12.206.401,70
Investimento	6.801,60	191.226,15	198.027,75	1.089,80	-	1.089,80	7.891,40	191.226,15	199.117,55
Total	8.000.771,72	1.059.430,23	9.060.201,95	3.373.481,99	-	3.373.481,99	11.374.253,71	1.059.430,23	12.433.683,94

Execução por Programa de Governo - 2012

Programa	200370			200371			Consolidado		
	Liquidado	RAP	Empenhado	Liquidado	RAP	Empenhado	Liquidado	RAP	Empenhado
0089	16.285,61	-	16.285,61	-	-	-	16.285,61	-	16.285,61
0662	-	-	-	532.636,81	-	532.636,81	532.636,81	-	532.636,81
2070	7.873,46	-	7.873,46	2.807.915,59	-	2.807.915,59	2.815.789,05	-	2.815.789,05

2112	7.976.612,65	1.059.430,23	9.036.042,88	32.929,59	-	32.929,59	8.009.542,24	1.059.430,23	9.068.972,47
Total	8.000.771,72	1.059.430,23	9.060.201,95	3.373.481,99	-	3.373.481,99	11.374.253,71	1.059.430,23	12.433.683,94

Detalhamento Execução por Programa de Governo – 2012 – UG 200370

UG	EXECUTADO	PROGRAMA	EXECUTADO	ND	EXECUTADO	ND+SB	LIQUIDADADO	RAP			
200370	9.060.201,95	2112	9.036.042,88	319092	-	319092.80		-			
				339014	282.238,13	339014.14	282.238,13	-			
				339030	934.748,00	339030.01	343.648,57	116.304,66			
						339030.04	1.150,00	-			
						339030.07	13.585,00	4.145,16			
						339030.11	3.600,00				
						339030.16	66.390,00				
						339030.17	58.573,99	15.405,00			
						339030.21	2.987,00				
				339030.24	17.729,78	339030.36	3.451,20	5.219,27			
									339030.39	210.786,09	71.772,28
				339033	385.488,73	339033.01	292.931,26	46.386,44			
339033.02	46.171,03	-									
339037	4.438.558,06	339037.01	2.208.345,43	155.667,66							
		339037.02	1.110.005,33	72.965,98							
		339037.03	778.475,43	8.548,66							
		339037.05	104.344,27	-							

--	--	--

		339037.36	205,30	-
339039	2.606.056,36	339039.10	339.681,02	
		339039.16	111.356,29	10.882,91
		339039.19	100.688,90	37.970,40
		339039.36	3.446,32	
		339039.39	827,39	
		339039.41	18.056,55	
		339039.43	668.469,02	89.000,00
		339039.44	53.611,71	
		339039.47	73.057,69	
		339039.57	531.898,82	
		339039.58	186.075,77	201.935,67
		339039.69	23.101,73	
		339039.74	7.452,00	
		339039.79	120.744,22	24.999,99
		339039.97	2.799,96	
339139	14.406,41	339139.47	7.206,41	7.000,00
		339139.48	200,00	
339047	17.283,54	339047.02	16.788,73	
		339047.10	494,81	
339092	59.549,22	339092.39	49.587,93	
		339092.47	783,49	
		339092.92	2.880,92	
		339092.93	6.296,88	
339093	87.807,60	339093.01	3.096,90	
		339093.02		

						10.163,13	
					339093.09	74.547,57	
				449052	198.027,75	449052.08	441,00
						449052.30	11.878,00
						449052.34	210,60
						449052.35	6.150,00
						449052.42	176.534,15
							2.814,00
				319008	11.879,08	319008.01	11.879,08
		2070	7.873,46	339014	7.373,46	339014.14	7.373,46
				339092	500,00	339092.93	500,00
		0089	16.285,61	319008	16.285,61	319008.03	16.285,61
TOTAIS	9.060.201,95		9.060.201,95		9.060.201,95		8.000.771,72
CÓPIA	9.060.201,95		9.060.201,95		9.060.201,95		1.059.430,23

Programa	Descrição	PTRES
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	045669/045793/048952
2070	Segurança Pública com Cidadania	045672/045680
0089	Previd. de Inativos e Pensionistas da União	004487

Detalhamento Execução por Programa de Governo – 2012 – UG 200371

UG	EXECUTADO	PROGRAMA	EXECUTADO	ND	EXECUTADO	ND+SB	LIQUIDADO	RAP
200371	3.373.481,99	2112	32.929,59	339030	18.811,32	339030.03	63,10	-
						339030.04	300,00	-
						339030.16	2.561,31	-
						339030.17	2.253,80	-
						339030.19	119,64	-
						339030.21	768,46	-
						339030.22	415,64	-
						339030.24	4.950,02	-

				339030.25	1.082,50	-
				339030.26	5.556,03	-
				339030.28	532,92	-
				339030.42	207,90	-
		339039	14.118,27	339039.16	8.312,27	-
				339039.17	2.322,00	-
				339039.20	2.693,00	-
				339039.63	11,00	-
				339039.74	780,00	-
2070	2.807.915,59	339014	2.584.644,52	339014.14	2.559.492,80	-
				339014.16	25.151,72	-
		339030	105.914,42	339030.01	18.652,70	-
				339030.03	4.004,55	-
				339030.04	286,00	-
				339030.07	317,41	-
				339030.09	90,12	-
				339030.10	198,93	-
				339030.11	65,80	-
				339030.13	90,00	-
				339030.16	3.078,75	-
				339030.17	4.158,10	-
				339030.18	40,00	-
				339030.19	1.852,96	-
				339030.20	3.879,96	-
				339030.21	576,43	-
				339030.22	153,88	-
				339030.23	45,00	-
				339030.24	6.066,01	-
				339030.25	1.395,44	-
				339030.26	11.671,14	-
				339030.27	1.443,52	-
				339030.28	2.420,77	-
				339030.29	549,00	-

						339030.34	34.545,07	-
						339030.36	96,78	-
						339030.39	100,00	-
						339030.42	1.791,74	-
						339030.50	431,52	-
						339030.52	7.912,84	-
				339036	28.650,00	339036.24	28.650,00	-
				339039	75.159,20	339039.12	1.030,00	-
						339039.16	8.297,90	-
						339039.17	4.798,00	-
						339039.19	9.340,00	-
						339039.20	38.089,62	-
						339039.42	7.510,00	-
						339039.50	200,00	-
						339039.51	928,00	-
						339039.63	2.054,50	-
						339039.66	37,60	-
						339039.67	1.000,00	-
						339039.69	93,58	-
						339039.74	1.780,00	-
				339092	12.457,65	339092.14	12.457,65	-
				449052	1.089,80	449052.49	1.089,80	-
		0662	532.636,81	339014	464.980,32	339014.14	464.980,32	-
				339033	67.656,49	339033.01	67.656,49	-
TOTAIS	3.373.481,99		3.373.481,99		3.373.481,99		3.373.481,99	-
CÓPIA	3.373.481,99		3.373.481,99		3.373.481,99			

Programa	Descrição	PTRES
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	045793

2070	Segurança Pública com Cidadania	045807/045814/045805/045801
0662	Prevenção e Repressão a Criminalidade	048654

Detalhamento Execução por Projeto e Atividade – 2012 – UG 200370

UG	EXECUTADO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	EXECUTADO	ND	EXECUTADO	ND+SB	LIQUIDADO	RAP
200370	9.060.201,95	2112	2000	9.024.163,80	319092	-	319092.80		-
					339014	282.238,13	339014.14	282.238,13	-
					339030	934.748,00	339030.01	343.648,57	116.304,66
							339030.04	1.150,00	-
							339030.07	13.585,00	4.145,16
							339030.11	3.600,00	
							339030.16	66.390,00	
							339030.17	58.573,99	15.405,00
							339030.21	2.987,00	
							339030.24	17.729,78	5.219,27
							339030.36	3.451,20	
					339033	385.488,73	339033.01	292.931,26	46.386,44
							339033.02	46.171,03	-
					339037	4.438.558,06	339037.01	2.208.345,43	155.667,66
							339037.02	1.110.005,33	72.965,98
							339037.03	778.475,43	8.548,66
							339037.05	104.344,27	-
							339037.36	205,30	-
					339039	2.606.056,36	339039.10	339.681,02	
							339039.16	111.356,29	10.882,91
							339039.19	100.688,90	37.970,40
							339039.36	3.446,32	
							339039.39	827,39	
							339039.41	18.056,55	
							339039.43	668.469,02	89.000,00
							339039.44	53.611,71	
							339039.47	73.057,69	
339039.57	531.898,82								
339039.58	186.075,77	201.935,67							

						339039.69	23.101,73	
						339039.74	7.452,00	
						339039.79	120.744,22	24.999,99
						339039.97	2.799,96	
				339139	14.406,41	339139.47	7.206,41	7.000,00
						339139.48	200,00	
				339047	17.283,54	339047.02	16.788,73	
						339047.10	494,81	
				339092	59.549,22	339092.39	49.587,93	
						339092.47	783,49	
						339092.92	2.880,92	
						339092.93	6.296,88	
				339093	87.807,60	339093.01	3.096,90	
						339093.02	10.163,13	
						339093.09	74.547,57	
				449052	198.027,75	449052.08	441,00	
						449052.30		11.878,00
						449052.34	210,60	
						449052.35	6.150,00	176.534,15
						449052.42		2.814,00
			20TP	11.879,08	319008	11.879,08	319008.01	11.879,08
		2070	14LI	7.373,46	339014	7.373,46	339014.14	7.373,46
			8375	500,00	339092	500,00	339092.93	500,00
		0089	0181	16.285,61	319008	16.285,61	319008.03	16.285,61
TOTAIS	9.060.201,95			9.060.201,95		9.060.201,95		8.000.771,72
CÓPIA	9.060.201,95			9.060.201,95		9.060.201,95		1.059.430,23

Programa	Descrição	Projeto Ativi.	Descrição	PTRES
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	2000	Administração da Unidade	045669/045793
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	048952
2070	Segurança Pública com Cidadania	14LI	Ações Preventivas Associadas à Segurança Pública	045672
2070	Segurança Pública com Cidadania	8375	Campanha do Desarmamento	045680
0089	Previd. de Inativos e Pensionistas da União	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	004487

Detalhamento Execução por Projeto e Atividade – 2012 – UG 200371

UG	EXECUTADO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	EXECUTADO	ND	EXECUTADO	ND+SB	LIQUIDADO	RAP			
200371	3.373.481,99	2112	2000	32.929,59	339030	18.811,32	339030.03	63,10	-			
							339030.04	300,00	-			
							339030.16	2.561,31	-			
							339030.17	2.253,80	-			
							339030.19	119,64	-			
							339030.21	768,46	-			
							339030.22	415,64	-			
							339030.24	4.950,02	-			
							339030.25	1.082,50	-			
							339030.26	5.556,03	-			
		339030.28	532,92	-								
		339030.42	207,90	-								
		339039	14.118,27						339039.16	8.312,27	-	
									339039.17	2.322,00	-	
									339039.20	2.693,00	-	
									339039.63	11,00	-	
									339039.74	780,00	-	
		2070	2726			2.681.656,36	339014	2.503.547,93	339014.14	2.478.396,21	-	
									339014.16	25.151,72	-	
		339030	98.001,58							339030.01	18.652,70	-
										339030.03	4.004,55	-
339030.04	286,00									-		
339030.07	317,41									-		
339030.09	90,12									-		
339030.10	198,93									-		
339030.11	65,80									-		
339030.13	90,00									-		
339030.16	3.078,75									-		
339030.17	4.158,10									-		

					339030.18	40,00	-
					339030.19	1.852,96	-
					339030.20	3.879,96	-
					339030.21	576,43	-
					339030.22	153,88	-
					339030.23	45,00	-
					339030.24	6.066,01	-
					339030.25	1.395,44	-
					339030.26	11.671,14	-
					339030.27	1.443,52	-
					339030.28	2.420,77	-
					339030.29	549,00	-
					339030.34	34.545,07	-
					339030.36	96,78	-
					339030.39	100,00	-
					339030.42	1.791,74	-
					339030.50	431,52	-
			339039	67.649,20	339039.12	1.030,00	-
					339039.16	8.297,90	-
					339039.17	4.798,00	-
					339039.19	9.340,00	-
					339039.20	38.089,62	-
					339039.50	200,00	-
					339039.51	928,00	-
					339039.63	2.054,50	-
					339039.66	37,60	-
					339039.67	1.000,00	-
					339039.69	93,58	-
					339039.74	1.780,00	-
			339092	12.457,65	339092.14	12.457,65	-
2070	2720	115.990,15	339014	70.827,51	339014.14	70.827,51	-
			339030	7.912,84	339030.52	7.912,84	-
			339036	28.650,00	339036.24	28.650,00	-

					339039	7.510,00	339039.42	7.510,00	-
					449052	1.089,80	449052.49	1.089,80	-
		2070	20IC	7.398,26	339014	7.398,26	339014.14	7.398,26	-
		2070	2679	2.870,82	339014	2.870,82	339014.14	2.870,82	-
		0662	14M4	532.636,81	339014	464.980,32	339014.14	464.980,32	-
					339033	67.656,49	339033.01	67.656,49	-
TOTAIS	3.373.481,99			3.373.481,99		3.373.481,99		3.373.481,99	-
CÓPIA	3.373.481,99			3.373.481,99		3.373.481,99			

Programa	Descrição	Projeto Ativi.	Descrição	PTRES
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	2000	Administração da Unidade	045793
2070	Segurança Pública com Cidadania	2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra	045807
2070	Segurança Pública com Cidadania	2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública - Nacional	045814
2070	Segurança Pública com Cidadania	20IC	Estratégia Nacional de Segurança Pública - Nacional	045805
2070	Segurança Pública com Cidadania	2679	Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Nacional	045801
0662	Prevenção e Repressão a Criminalidade	14M4	Ações de Segurança Pública a Cargo da Polícia Federal	048654

Detalhamento Empenho por Modalidade de Licitação – 2012 – UG 200370

Modalidade	Total	Liquidado 2012	RAP
Dispensa de Licitação	1.220.723,56	1.103.312,57	117.410,99
Licitação Inexigível	141.098,60	134.098,60	7.000,00
Não Aplicável	506.308,79	506.308,79	-
Pregão	7.192.071,00	6.257.051,76	935.019,24
Total	9.060.201,95	8.000.771,72	1.059.430,23

Modalidade	Número da NE	Credor	ND	Valor	Liquidado 2012	Inscrito RAP
Dispensa de Licitação	800019	DUDA IMOVEIS	339039	139.865,00	139.865,00	-

	800020	IMOBILIARIA MARKIZE	339039	199.816,02	199.816,02	-
	800021	CELESC	339039	500.503,88	444.003,88	56.500,00
	800022	CELESC	339039	68.306,18	60.306,18	8.000,00
	800023	CELESC	339039	38.390,32	32.890,32	5.500,00
	800024	CELESC	339039	42.656,26	37.656,26	5.000,00
	800025	CELESC	339039	34.833,67	30.333,67	4.500,00
	800026	CELESC	339039	35.352,93	30.852,93	4.500,00
	800027	CELESC	339039	39.558,30	34.558,30	5.000,00
	800035	OI S.A	339039	87.304,21	62.304,22	24.999,99
	800203	CARIMBOS CENTER	339030	7.421,00	7.421,00	-
	800286	VIDA E SAUDE DISTRI	339030	1.194,00	597,00	597,00
	800299	BRUTHAN COMERCIAL	339030	5.904,00	5.904,00	-
	800394	FUFA-SC DISTRIBUIDO	339030	3.451,20	3.451,20	-
	800456	NETPLUS	339030	966,00	966,00	-
	800457	INTELBRAS S.A. INDU	339030	3.797,99	3.797,99	-
	800470	ESAF/DF	339139	200,00	200,00	-
	800482	TK SERVICE LTDA	339030	3.600,00	3.600,00	-
	800540	OXI-GENIO FPOLIS	339030	1.150,00	1.150,00	-
	800636	ORION COMERCIAL	449052	210,60	210,60	-
	800646	ORTOBIG	449052	253,00	253,00	-
	800647	CENTRO MEDICO LTDA	449052	188,00	188,00	-
	800727	VIA LUMEN INFORMAT.	339030	2.987,00	2.987,00	-
	800735	BRITO E ALBUQUEREUE	449052	2.814,00	-	2.814,00
Inexigível	800004	EMP. BRAS. CORREIOS	339039	73.193,16	73.193,16	-
	800057	AGUAS DE JOINVILLE	339039	4.771,78	4.771,78	-
	800058	CASAN	339039	46.291,13	46.291,13	-
	800059	SEMASA/ITAJAI	339039	1.579,99	1.579,99	-
	800060	SEMASA/LAGES	339039	1.056,13	1.056,13	-
	800069	FUNIN	339139	8.389,57	4.889,57	3.500,00
	800070	EBC	339139	5.816,84	2.316,84	3.500,00
Não Aplicável	000001	NAZARENO KOCHÉ	339093	5.760,00	5.760,00	-
	000003	ODARI FACHINI	339092	200,00	200,00	-
	000004	PEDRO MENDONCA	339093	19.850,95	19.850,95	-
	000006	PMFLORIANOPOLIS	339047	16.788,73	16.788,73	-
	000007	SEGURAD LIDER DPVAT	339039	22.794,89	22.794,89	-
	000009	SEGURAD LIDER DPVAT	339092	201,94	201,94	-

000010	IMOBILIARIA MARKIZE	339092	1.577,02	1.577,02	-
000011	IMOBILIARIA MARKIZE	339093	3.348,90	3.348,90	-
000012	LUCIANO RAIZER	339093	2.300,00	2.300,00	-
000013	SEGURAD LIDER DPVAT	339039	206,06	206,06	-
000014	SR/DPF/SC	339037	76,05	76,05	-
000017	SEGURAD LIDER DPVAT	339092	105,28	105,28	-
000018	TEDESCO TURISMO	339092	2.880,92	2.880,92	-
000019	TEDESCO TURISMO	339092	4.648,08	4.648,08	-
000022	SEGURAD LIDER DPVAT	339092	101,16	101,16	-
000023	SEGURAD LIDER DPVAT	339092	201,56	201,56	-
000024	SEGURAD LIDER DPVAT	339092	613,68	613,68	-
000025	SR/DPF/SC	339014	10.032,32	10.032,32	-
000028	FABIANA ELY	339093	38,22	38,22	-
000032	JOSE SILVEIRA	339093	19.699,82	19.699,82	-
000033	OI S.A	339092	11.451,56	11.451,56	-
000034	OI S.A	339092	7.301,08	7.301,08	-
000038	ANTENOR SCHNEIDER	339092	200,00	200,00	-
000040	ITTRAN	339039	85,12	85,12	-
000042	NELSON NAPP	339093	35.078,20	35.078,20	-
000044	IBROWSE	339092	16.475,76	16.475,76	-
000045	FRANCISCO AGRICULTO	339092	100,00	100,00	-
000046	JULIA SILVA	339093	17,71	17,71	-
000047	DENIS PETERS	339093	54,15	54,15	-
000048	ACCEL TRANSPORTES	339093	512,00	512,00	-
000049	ACCEL TRANSPORTES	339093	203,50	203,50	-
000050	SEGURAD LIDER DPVAT	339039	100,78	100,78	-
000074	MARCIO ANATER	339093	550,00	550,00	-
000075	SEGURAD LIDER DPVAT	339092	100,78	100,78	-
000077	SR/DPF/SC	339014	10.281,17	10.281,17	-
000078	ANTONIO MOREIRA	339093	50,03	50,03	-
000081	MARIO SADA	339093	203,45	203,45	-
000084	OI S.A	339092	4.127,34	4.127,34	-
000085	OI S.A	339092	8.907,79	8.907,79	-
000086	SR/DPF/SC	339037	129,25	129,25	-
000087	CAU DO BRASIL	339047	126,64	126,64	-
000088	DETRAN/DF	339092	783,49	783,49	-

	000089	DETRAN/DF	339047	231,04	231,04	-
	000090	SEASSANTACATARINA	339047	137,13	137,13	-
	000091	SR/DPF/SC	339014	7.373,46	7.373,46	-
	000093	CARLOS SOUZA	339093	25,02	25,02	-
	000094	JULIA SILVA	339093	12,00	12,00	-
	000095	ELVER MELO	339093	52,20	52,20	-
	000096	JOSE JUNIOR	339093	25,95	25,95	-
	000100	JULIA SILVA	339093	25,50	25,50	-
	000104	FLAVIO WINKELMANN	339092	71,78	71,78	-
	400702	SR/DPF/SC	339014	261.924,64	261.924,64	-
	-	AUX FUN - PAULO MARCOS FUHR	319008	11.879,08	11.879,08	-
	-	AUX FUN - MARCO AURÉLIO DE SOUZA GARCIA	319008	11.879,08	11.879,08	-
	-	AUX FUN - VALMOR DE OLIVEIRA		4.406,53	4.406,53	-
Pregão	800001	ELYSEE VIAGENS LTDA	339033	384.491,04	338.104,60	46.386,44
	800005	TEDESCO TURISMO	339030	51.771,99	25.790,18	25.981,81
	800006	POSTO CID. DO PORTO	339030	13.889,05	3.889,05	10.000,00
	800009	TRIVALE ADM. LTDA	339030	282.558,37	210.786,09	71.772,28
	800010	TRIVALE ADM. LTDA	339039	138.659,30	100.688,90	37.970,40
	800011	ACN SERVIÇOS	339037	90.577,08	90.577,08	-
	800012	ADSERVIG	339037	132.048,74	123.500,08	8.548,66
	800013	ALVACIR LONGA	339039	18.056,55	18.056,55	-
	800014	A S MANUTENCAO	339030	19.633,81	14.414,54	5.219,27
	800015	A S MANUTENCAO	339039	109.063,20	98.180,29	10.882,91
	800016	CONSESC ELEVADORE	339030	3.315,24	3.315,24	-
	800017	CONSESC ELEVADORE	339039	13.176,00	13.176,00	-
	800018	DATAVX	339039	58.440,00	58.440,00	-
	800028	BRASIL TELECOM CE	339039	2.804,44	2.804,44	-
	800029	OI S.A	339039	12.369,83	6.231,21	6.138,62
	800030	CLARO S.A.	339039	17.238,26	14.501,87	2.736,39
	800031	OI S.A	339039	97.844,18	-	97.844,18
	800032	OI S.A	339039	78.004,53	72.610,98	5.393,55
	800033	OI S.A	339039	80.000,00	-	80.000,00
	800036	IBROWSE	339039	139.798,84	139.798,84	-
	800037	IBROWSE	339039	392.099,98	392.099,98	-
	800038	ORBENK	339037	388.362,96	388.362,96	-

800039	ORBENK	339037	725.355,52	620.506,62	104.848,90
800040	PLANSERVICE S/C LTD	339037	226.329,54	211.632,77	14.696,77
800041	PLANSUL PLAN.CONSL	339037	472.200,00	472.200,00	-
800042	PLANSUL PLAN.CONSL	339037	461.187,99	425.066,00	36.121,99
800043	ORIENTAL EXPRESS LT	339037	60.015,27	60.015,27	-
800044	SUL BRASIL	339037	34.294,65	34.294,65	-
800045	SUL BRASIL	339037	34.294,65	34.294,65	-
800046	SUL BRASIL	339037	34.262,70	34.262,70	-
800047	SUL BRASIL	339037	34.666,00	34.666,00	-
800048	SUL BRASIL	339037	34.225,40	34.225,40	-
800049	SUL BRASIL	339037	34.441,80	34.441,80	-
800050	ORCALI SERVICOS DE	339037	95.252,35	95.252,35	-
800051	ORCALI	339037	224.981,09	224.981,09	-
800052	ORCALI	339037	76.266,48	76.266,48	-
800053	ORCALI	339037	23.643,96	23.643,96	-
800054	ORCALI	339037	15.143,58	15.143,58	-
800055	ORCALI	339037	18.974,61	18.974,61	-
800056	ORCALI	339037	7.140,24	7.140,24	-
800065	TRIVALE ADM. LTDA	339030	73.570,70	20.136,99	53.433,71
800072	OI S.A	339039	104.383,44	94.560,51	9.822,93
800089	ATRATIVA	339037	314.513,12	283.915,36	30.597,76
800090	AGILE	339037	211.078,97	168.710,75	42.368,22
800175	DISTR. POLAR LTDA	339030	1.194,00	1.194,00	-
800176	CASTOR COM DE ÁGUA	339030	1.750,00	1.750,00	-
800177	PANIFICADORA HELENA	339030	4.140,00	4.140,00	-
800275	LUIZ ACHAR	339030	6.852,00	6.852,00	-
800276	ELLOS	339030	246,50	246,50	-
800277	LINEAR PAPELARIA	339030	16.012,50	16.012,50	-
800285	RECRUTARE	339037	291.229,26	291.229,26	-
800287	MICROSENS	339030	12.900,00	12.900,00	-
800304	TRIVALE ADM. LTDA	339030	320.721,49	293.832,35	26.889,14
800314	ELYSEE VIAGENS LTDA	339033	997,69	997,69	-
800333	SUL BRASIL	339037	269.700,20	269.700,20	-
800334	TRIANGULO	339037	83.837,60	83.837,60	-
800367	ACCEL TRANSPORTES	339039	7.452,00	7.452,00	-
800479	AQUINPEL	339030	8.040,00	8.040,00	-

	800483	ORIENTAL EXPRESS LT	339037	44.329,00	44.329,00	-
	800494	AUTO ADESIVOS PARAN	339030	3.750,00	3.750,00	-
	800642	POLYPRINT INFO	339030	1.785,00	1.785,00	-
	800643	MICROINFO PAPELARIA	339030	1.725,00	-	1.725,00
	800655	MICROSENS	339030	13.525,00	13.525,00	-
	800656	AQUINPEL	339030	16.080,00	16.080,00	-
	800657	SUPER LINE	339030	940,00	940,00	-
	800658	ALEXANDRA DOS PASSO	339030	4.273,00	4.273,00	-
	800661	BALREIRA	339030	925,00	925,00	-
	800669	DMSTOR INFORMATICA	339030	11.880,00	-	11.880,00
	800670	MICROSENS	339030	25.600,00	25.600,00	-
	800671	RIC & ROB	339030	1.850,00	1.850,00	-
	800672	MICROINFO PAPELARIA	339030	1.800,00	-	1.800,00
	800714	MULTIOFFICES	449052	6.150,00	6.150,00	-
	800731	MICROSENS	449052	23.598,00	-	23.598,00
	800732	HEWLETT PACKARD BRA	449052	152.936,15	-	152.936,15
	800733	RR VISION	449052	11.878,00	-	11.878,00
	800749	BMI	339030	3.548,16	-	3.548,16
Total				9.060.201,95	8.000.771,72	1.059.430,23

Detalhamento Empenho por Modalidade de Licitação – 2012 – UG 200371

Modalidade	Total Empenhado	Liquidado 2012	RAP
Não Aplicável	3.062.082,49	3.062.082,49	-
Suprimento de Fundos	243.743,01	243.743,01	-
Pregão	67.656,49	67.656,49	-
Total	3.373.481,99	3.373.481,99	-

Modalidade	Número da NE	Credor	ND	Valor	Liquidado 2012	Inscrito RAP
Não Aplicável	000015	SR/DPF/SC	339014	196.888,69	196.888,69	-
	000033	SR/DPF/SC	339014	87.540,32	87.540,32	-
	000040	SR/DPF/SC	339092	6.248,52	6.248,52	-
	000041	PEDRO MENDONCA	339092	5.672,55	5.672,55	-
	000043	SR/DPF/SC	339014	180.551,31	180.551,31	-
	000048	SR/DPF/SC	339014	5.223,64	5.223,64	-
	000049	SR/DPF/SC	339014	7.398,26	7.398,26	-
	000052	SR/DPF/SC	339014	936,53	936,53	-

	000058	SR/DPF/SC	339014	62.494,75	62.494,75	-
	000062	SR/DPF/SC	339014	2.870,82	2.870,82	-
	000066	SR/DPF/SC	339092	536,58	536,58	-
	400351	SR/DPF/SC	339014	2.172,59	2.172,59	-
	400363	SR/DPF/SC	339014	2.503.547,93	2.503.547,93	-
Suprimento de Fundos	800001	ANDERSON MOREIRA	339030	1.855,94	1.855,94	-
	800002	ANDERSON MOREIRA	339039	2.446,00	2.446,00	-
	800003	EDUARDO CORBAL	339030	3.997,31	3.997,31	-
	800004	EDUARDO CORBAL	339039	4.996,82	4.996,82	-
	800005	JORGE FROEDER	339030	2.735,10	2.735,10	-
	800006	JORGE FROEDER	339039	2.983,00	2.983,00	-
	800007	PAULO MATOS	339030	4.524,48	4.524,48	-
	800008	PAULO MATOS	339039	3.915,50	3.915,50	-
	800009	DENILSON OLIVEIRA	339030	2.713,62	2.713,62	-
	800010	DENILSON OLIVEIRA	339039	3.754,00	3.754,00	-
	800011	SR/DPF/SC	339030	2.949,00	2.949,00	-
	800012	SR/DPF/SC	339036	5.000,00	5.000,00	-
	800013	SR/DPF/SC	339039	2.846,00	2.846,00	-
	800014	SR/DPF/SC	449052	1.089,80	1.089,80	-
	800015	SR/DPF/SC	339036	4.000,00	4.000,00	-
	800016	SR/DPF/SC	339039	1.530,00	1.530,00	-
	800017	SR/DPF/SC	339030	1.730,00	1.730,00	-
	800020	EDUARDO CORBAL	339030	7.424,70	7.424,70	-
	800021	EDUARDO CORBAL	339039	7.340,40	7.340,40	-
	800022	SR/DPF/SC	339030	1.046,90	1.046,90	-
	800023	SR/DPF/SC	339036	3.400,00	3.400,00	-
	800024	SR/DPF/SC	339039	534,00	534,00	-
	800027	JORGE FROEDER	339030	7.821,20	7.821,20	-
	800028	JORGE FROEDER	339039	7.595,00	7.595,00	-
	800029	REINALDO DUARTE	339030	7.905,77	7.905,77	-
	800035	ROMAO TRAUZYNSKI	339030	1.069,00	1.069,00	-
	800036	ROMAO TRAUZYNSKI	339039	1.088,00	1.088,00	-
	800037	YVENS AMARAL	339030	1.966,30	1.966,30	-
	800038	YVENS AMARAL	339039	2.000,00	2.000,00	-
	800039	VINICIUS CORREA	339030	4.000,00	4.000,00	-

800040	VINICIUS CORREA	339039	4.000,00	4.000,00	-
800043	ANDERSON MOREIRA	339030	7.995,00	7.995,00	-
800044	ANDERSON MOREIRA	339039	7.960,00	7.960,00	-
800046	EDUARDO CARDOSO	339030	2.282,64	2.282,64	-
800048	CLAITON BUDTINGER	339030	1.098,57	1.098,57	-
800049	CLAITON BUDTINGER	339039	791,00	791,00	-
800052	JULCINIR MARTINS	339030	15.978,91	15.978,91	-
800053	JULIO SARNESKI	339030	2.975,29	2.975,29	-
800054	JULIO SARNESKI	339039	4.992,00	4.992,00	-
800057	SR/DPF/SC	339030	999,94	999,94	-
800058	SR/DPF/SC	339036	4.100,00	4.100,00	-
800060	ADRIANA VITALIS	339030	2.397,33	2.397,33	-
800061	ADRIANA VITALIS	339039	1.098,07	1.098,07	-
800066	SR/DPF/SC	339030	155,00	155,00	-
800067	SR/DPF/SC	339036	4.500,00	4.500,00	-
800068	SR/DPF/SC	339039	1.000,00	1.000,00	-
800076	RICARDO MONSORES	339030	2.635,36	2.635,36	-
800077	RICARDO MONSORES	339039	1.480,00	1.480,00	-
800094	ANDERSON PEQUENO	339030	549,00	549,00	-
800096	ANDERSON MOREIRA	339030	3.335,54	3.335,54	-
800097	ANDERSON MOREIRA	339039	3.860,00	3.860,00	-
800100	MIRIAN SANTOS	339030	2.656,21	2.656,21	-
800101	MIRIAN SANTOS	339039	2.163,00	2.163,00	-
800107	HANDERSON KIQUIO	339030	1.261,09	1.261,09	-
800108	HANDERSON KIQUIO	339039	1.972,00	1.972,00	-
800123	JULIO SARNESKI	339030	2.987,32	2.987,32	-
800124	JULIO SARNESKI	339039	4.258,00	4.258,00	-
800127	EDUARDO CORBAL	339030	7.500,00	7.500,00	-
800128	EDUARDO CORBAL	339039	7.478,58	7.478,58	-
800135	DENILSON OLIVEIRA	339030	1.941,00	1.941,00	-
800136	DENILSON OLIVEIRA	339039	1.000,00	1.000,00	-
800141	SR/DPF/SC	339030	1.032,00	1.032,00	-
800142	SR/DPF/SC	339036	7.650,00	7.650,00	-
800143	SR/DPF/SC	339039	1.600,00	1.600,00	-
800146	ANA SEGUINS	339030	4.491,75	4.491,75	-
800147	ANA SEGUINS	339039	2.891,00	2.891,00	-

	800148	MAURO SILVA	339030	1.725,30	1.725,30	-
	800149	MAURO SILVA	339039	3.585,90	3.585,90	-
	800150	CRISTIANO SILVA	339030	2.997,24	2.997,24	-
	800151	CRISTIANO SILVA	339039	981,00	981,00	-
	800158	DANIEL FERREIRA	339030	2.131,93	2.131,93	-
	800159	DANIEL FERREIRA	339039	998,20	998,20	-
Pregão	800045	ELYSEE VIAGENS LTDA	339.033,00	56.175,11	56.175,11	-
	800072	ELYSEE VIAGENS LTDA	339.033,00	11.481,38	11.481,38	-
Total				3.373.481,99	3.373.481,99	-

ANEXO V – QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.

Outra(s).	Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(1) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(1) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(-) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(-) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. No entanto, está em execução o Projeto “Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)”, cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais, inclusive na área de T.I. Neste interim as diretrizes e indicadores da área de T.I. ficam sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/DPF.	

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI/SR/SC; CGTI/DPF

ANEXO VI – QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
	Exigência de descarte adequado de lâmpadas e pilhas; utilização de material reciclado no transporte (caixa e plástico), produtos biodegradáveis na limpeza.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
	Prejudicada				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
	Prejudicada				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
	Prejudicada				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
	Sim ()		Não()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
	Prejudicada				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
	Publicações na intranet, memorandos e mensagens PC.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	Comunicações oficiais e ações da comissão designada.				
<p>Considerações Gerais: Quanto aos itens referentes às licitações com requisito de sustentabilidade, há necessidade de capacitação da equipe da Comissão Permanente de Licitação com conhecimentos específicos para exigências de documentações efetivamente comprobatórias do envolvimento da empresa em ações sócio-ambientais, o que não ocorreu no exercício por restrições orçamentárias.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Comissão Permanente de Licitação - CPL/SR/SC

**ANEXO VII – QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
RECOMENDAÇÕES DO OCI**

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA			316
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203641	2.10	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina			316
Descrição da Recomendação			
Respeitar os limites para concessão do suprimento de fundos e de realização de cada item dentro do que estabelece a Portaria nº. 95/2002 do Ministério da Fazenda, observando os procedimentos específicos definidos na IN nº. 11/2009-DG/DPF, de 09 de Novembro de 2009 (alterada pela IN nº. 049/2011-DG/DPF, de 21 de Dezembro de 2011), e alterações posteriores das IN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SELOG/SR/SC			
Síntese da Providência Adotada			
Diante da recomendação apresentada na Nota de Auditoria 201203641, consignada acima, informa-se que os limites para a concessão de Suprimentos de Fundos de Regime Especial de Execução - SFREE (sigiloso ou não) ou, ainda, de Pagamento de Despesas de Pequeno Vulto- PDPV são respeitados, atendendo a legislação e o normativo vigentes. Quanto aos limites dos itens referente a cada suprimento informa-se que estão sendo observados pelos supridos, tendo em vista a providência desta UJ de cientificar previamente e em destaque, o dever de observância da aplicabilidade exclusiva do SFREE a despesas intrínsecas e vinculadas à atividade policial, e ainda a indicação da legislação pertinente para aprofundamento do estudo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Prestações de Contas melhor instruídas e justificadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203641	2.10	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina			316
Descrição da Recomendação			
Individualizar e identificar as concessões de suprimento de fundos que se destinam especificamente ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal definidos pela IN nº. 11/2009-DG/DPF, de 09 de Novembro de 2009 (alterada pela IN nº. 049/2011-DG/DPF, de 21 de Dezembro de 2011).			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SELOG/SR/SC	
Síntese da Providência Adotada	
<p>A Recomendação 2 orienta para a individualização e identificação das concessões de suprimento de fundos a fim de facilitar o controle das concessões dos suprimentos destinados especificamente ao atendimento das atividades peculiares do DPF. Controle e acompanhamento que já ocorre por esta UJ por planilhas desde 2006, conforme demonstrativos dos exercícios de 2011 e 2012, em anexo.</p> <p>Ressalta-se que a identificação ao lado do nome do suprido identifica o tipo, a saber: a) (REE) Regime Especial de Execução; b) (VS) Verba Secreta – trata-se de Suprimento de caráter sigiloso; c) (PV) Pequeno Vulto</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Maior controle nas liberações de SF e acompanhamento da gestão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: Plano de Providências Permanente do Relatório de Auditoria


ANEXO VIII – DECLARAÇÕES DOS SETORES DE GESTÃO DE CONTRATOS

a) Declaração relativa às Unidades Gestoras 200370 e 200371 (Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina)

DECLARAÇÃO

Eu, MIRIAN KRUSE DOS SANTOS, CPF nº 748.186.780-15, Escrivã de Polícia Federal, chefe do Setor de Administração e Logística da SR/DPF/SC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis/SC, 25 de março de 2013.


MIRIAN KRUSE DOS SANTOS
CPF 748.186.780-15
Escrivã de Polícia Federal
SELOG/SR/SC

ANEXO IX – DECLARAÇÕES PLENAS DOS CONTADORES

a) Declaração Plena do Contador, relativa às Unidades Gestoras 200370 e 200371 (Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E CONTABILIDADE



Memorando nº 24/2013 – SECONT/COF/DLOG/DPF

Em 31 de janeiro de 2013.

Ao Senhor Ordenador de Despesas

Assunto: **Declaração do Contador Responsável**

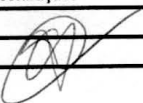
1. Encaminho a Vossa Senhoria a declaração do contador responsável pelas Unidades Gestoras 200370 e 200371 – Superintendência no Estado de Santa Catarina – SR/SC/DPF, sobre as informações contábeis constantes do SIAFI.
2. A declaração foi emitida em consonância com a portaria TCU nº 150/2012 e deve **subsidiar o preenchimento de demonstrativos do Relatório de Gestão**, conforme orienta a referida norma.
3. Essa declaração substitui a apresentação das Demonstrações Contábeis, já que apresenta a situação das informações contábeis da Unidade Gestora.

Respeitosamente,

Cheila Andrade Medeiros
Chefe Substituta do Serviço de Contabilidade
SECONT/COF/DLOG/DPF

Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR				
Denominação completa (UJ)			Código da UG	
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SR/DPF/SC			200370 - 200371	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				
Local	Brasília /DF		Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 		CRC n.º	DF-015371/O-4